



ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC ANO XXV, NÚMERO 10 - FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2008

MP abre processo para investigar caso Feesc

Depois de 13 meses de intervenção judicial, a investigação, baseada nos relatórios da auditoria, está no Ministério Público de Santa Catarina, que instaurou um Processo de Investigação Criminal (PIC). O trabalho, em andamento na 25ª Promotoria do Tribunal de Justiça do estado, está sob a responsabilidade do promotor Davi do Espírito Santo. Paralelamente correm na Diretoria Estadual de Investigações Criminais (Deic) oito inquéritos que verificam a existência de empresas prestadoras de serviços à Feesc no

período em que as contas foram auditadas, 2000 a 2007. A intervenção, encerrada em março deste ano, provocou uma reestruturação da gestão de recursos, e os procedimentos precisam ser colocados em prática pela fundação. Hoje, a Feesc está sem credenciamento junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e enfrenta dificuldades para encontrar uma nova diretoria permanente. A atual permanece apenas até novembro.

páginas 4, 5 e 6

Ações afirmativas

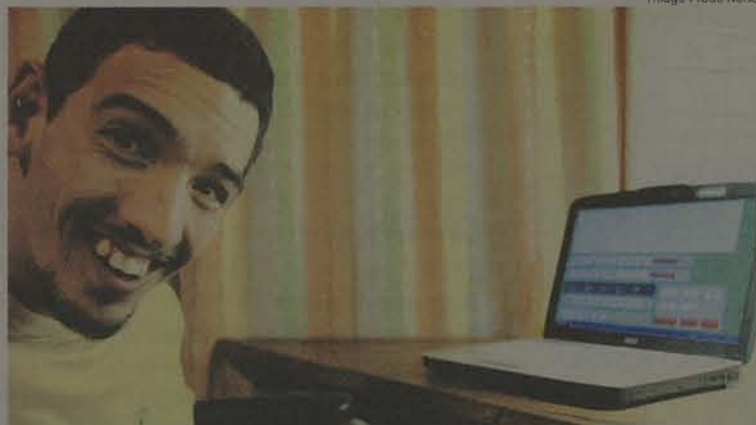
Apesar de projetos de inclusão, UFSC ainda enfrenta desafios

Com o projeto INCLUIR, a universidade vai receber R\$ 100 mil para obras de acessibilidade física e compra de equipamentos para alunos portadores de necessidades especiais. Os investimentos, no entanto, não são suficientes para promover a

inclusão de estudantes como Thiago Evangelista, portador de paralisia cerebral, que já cursou, como ouvinte, o limite de disciplinas que a UFSC permite e não tem condições de prestar um vestibular tradicional.

páginas 8 e 9

Thiago Prado Neris



Thiago tenta ingressar na universidade através do vestibular desde 2004

Hospital Universitário

Nova regulamentação estabelece mudança administrativa nos HUs

Medida determina que, até 2009, todos os hospitais universitários federais devem criar uma unidade administrativa própria, permitindo o planejamento financeiro independente. De acordo com o Sintufsc, a iniciativa é um passo para implantar a fundação estatal de direito privado nos HUs.

página 7

Inovação

Exportação de softwares deve atingir R\$ 3,5 bilhões até 2010

O mercado é beneficiado pela Política de Desenvolvimento Produtivo, conjunto de medidas para desenvolver a indústria nacional, lançada em junho. A indústria nacional de softwares exporta, anualmente, R\$ 800 milhões. Em Florianópolis, o setor vem crescendo, em média, 25% ao ano.

página 10



FICA exhibe filmes de 40 países

Em Goiás Velho, cineastas concorrem no 10º Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica), onde produções estrangeiras são maioria. Na cidade vive a artista Goiandira do Couto (foto), conhecida mundialmente por pintar com areias da Serra Dourada.

página 12

All in

João Gustavo Munhoz



"Schummi" separa as fichas na ACA

Pôquer se fortalece no país mesmo envolvido em polêmicas judiciais

A primeira vitória de um brasileiro na maior série de pôquer do mundo, a *World Series Of Poker*, no dia 29 de junho, demonstra o crescimento do esporte no país. Mesmo com as polêmicas jurídicas em torno do jogo no Brasil, surgem cada vez mais associações que reúnem praticantes e organizam torneios regularmente. Em Florianópolis, a Associação de Carteados Entre Amigos (ACA) possui CNPJ e alvará de funcionamento. Nos sites especializados, a participação de brasileiros também aumenta e o jogo online é encarado por vários praticantes como uma profissão.

página 15

Ouro negro

Campo de Petróleo a 180 km da costa de SC produz a partir de 2011

A previsão é que o campo de Cavalo Marinho, descoberto em 2001, comporte 24 milhões de barris, de acordo com o consórcio explorador - composto pelas empresas Norse Energy (50%), Petrobras (35%) e Brasoil (15%). A reserva reacende a discussão entre Paraná e Santa Catarina sobre o destino das *royalties*, motivo de um processo movido por SC contra o IBGE.

página 11

ZERO

CURSO DE JORNALISMO ANO XXV, NÚMERO 10 - FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2008

JORNAL LABORATÓRIO ZERO
Ano XXV - Nº10 - Julho 2008
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Fechamento: 10 de julho

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC
Trindade - Fpolis - CEP 88040-900
Tel.: (48) 3721-6599 / 3721-9490
Blog: www.zero.ufsc.br
E-mail: zero@cce.ufsc.br

REDAÇÃO

Beatriz Ferrari, Camila Brandalise, Cauê Oliveira, Danielle Reis, Eduardo Wolff, Elaine Almeida, Fernanda Friedrich, Grazielle Frederico, João Gustavo Munhoz, Juliana Dal Piva, Julie Phillippe, Larissa Linder, Livia Andrade, Mayara Rinaldi, Nancy Dutra

EDIÇÃO

Capa e opinião: João Gustavo Munhoz, Manuela Franceschini **Entrevista:** Grazielle Schneider **Especial:** Filipe Speck, Juliana Dal Piva **Educação:** Daniele Carvalho, Juliana Gomes **Economia:** Mariana Hilgert, Cristiane Barmionuevo **Cultura:** Tarsia Paula Farias **Esporte:** Elaine Almeida **Contracapa:** Nancy Dutra

FOTOGRAFIA

Cauê Oliveira, Danielle Reis, Eduardo Wolff, Fernanda Friedrich, João Munhoz, Laura Dauderi, Thiago Prado Neris

EDITORIAÇÃO

Annelize Conti, Camila Brandalise, Carolina Grando, Cauê Oliveira, Eduardo Wolff, Flávia Schiochet, Fernanda Friedrich, Filipe Speck, Grazielle Frederico, Grazielle Schneider, João Gustavo Munhoz, Juliana Dal Piva, Juliana Gomes, Larissa Linder, Mariana Hilgert, Nancy Dutra, Pedro Dellagnelo, Thiago Prado Neris, Vera Flesch

PROFESSOR-COORDENADOR

Tatiana Teixeira
DRT-BA 1766

COORDENAÇÃO GRÁFICA

Prof. Lucio Baggio
DRT-SC 01084JP

MONITORIA

Isadora Peron

AGRADECIMENTOS

Pró-reitoria de assuntos estudantis (PRAE)



Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV e XI
Set Universitário / PUC-RS
1988, 89, 90, 91, 92 e 98



Melhor Jornal-laboratório
I Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC, 2000



3º melhor
Jornal-laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

Impressão: Grafimorte

Circulação: Nacional

Distribuição: Gratuita

Tiragem: 5.000 exemplares

EDITORIAL

Será inclusão social?

“Os estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas terão direito a pelo menos metade das vagas a serem oferecidas por instituições federais de ensino superior e de educação profissional e tecnológica”. Isso é o que diz o Projeto de Lei 546/07, de autoria da senadora catarinense Ideli Salvatti (PT-SC), aprovado no último dia 1º pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que segue agora para avaliação na Câmara. Uma emenda apresentada pelo relator do Projeto, o senador Paulo Paim (PT-RS), prevê mais: pessoas com deficiência terão acesso às vagas reservadas independentemente do fato de terem cursado a educação básica em escolas públicas.

A discussão abordada pela matéria do ZERO em torno do sistema de cotas atinge um ponto mais relevante do que o monitoramento étnico ou a simples distribuição de vagas em universidades: a inclusão social. O descaso diante do exemplo máximo da necessidade de interferência do poder público para possibilitar o acesso ao ensino e ao conhecimento torna a reserva de vagas no mínimo contraditória.

O número de universitários com alguma deficiência é de 5.078, de um total de quase quatro milhões de estudantes recensados pelo MEC em 2003. Essa não é a

realidade de Thiago Evangelista. Portador de deficiência, o jovem já cumpriu, como ouvinte, as horas/aula permitidas pela Universidade Federal de Santa Catarina, mas não é aluno da instituição. O seu sonho de cursar o ensino superior regularmente matriculado esbarra no processo seletivo da universidade - que não disponibiliza para Thiago um outro meio de seleção que não o vestibular tradicional, com ínfimas adaptações.

Thiago é apenas um no universo de 24,6 milhões de pessoas com alguma deficiência no Brasil: visual, auditiva, mental, física ou múltipla. Em Santa Catarina, são 983.068 deficientes, segundo o último censo realizado, em 2000, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimam que, a cada dia, 500 brasileiros tornam-se deficientes em consequência de acidentes e doenças que tenham deixado seqüelas.

A posição de instituições como a UFSC em casos como o de Thiago mostra a fragilidade da filosofia da inclusão social através das cotas. Às escolas, não deveria bastar o discurso ou a preocupação apenas com os que se adequam a determinada classificação. A particularidade do caso de um cidadão que quer entrar em uma universidade e não consegue é, sim, um problema de todos.

O número de universitários com alguma deficiência é de 5.078, de um total de quase quatro milhões de estudantes

CHARGE



Sobre o chargista

Fabrcio Rezende, autor desta charge, tem 20 anos e está na 3ª fase do curso de Design Industrial da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e a 2ª fase do curso de Design Gráfico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Quer entrar em contato com ele? Escreva para fabriciofaustinho@hotmail.com

Para os chargistas

Se você é daqueles que quando lê uma notícia logo a imagina numa charge, desenhe para o ZERO e envie para o e-mail: zero@cce.ufsc.br. Sua charge também pode ser publicada nesse espaço e fazer parte das próximas edições do nosso jornal

CARTA AO LEITOR

O desafio constante

No começo de maio os repórteres do ZERO tiveram acesso à ação civil pública movida pelo Ministério Público de Santa Catarina contra a Feesc. Os relatórios, com cerca de 2,5 mil páginas, continham informações relativas à auditoria e a intervenção na fundação iniciada em fevereiro de 2007.

Algumas notícias sobre o caso foram publicadas, mas a sensação era que o processo acabara e não haveria mais desdobramentos, assim como publicou a assessoria de imprensa da UFSC, na ocasião. O equívoco foi corrigido poucos dias depois com uma declaração do promotor Davi do Espírito Santo. Mesmo assim, várias dúvidas suscitavam investigação: o que havia realmente sido descoberto depois de um ano de análise nas contas dos projetos? Existia ilegalidade? Irregularidade? Ou, como defendiam alguns professores, era apenas uma manobra política em ano de eleição para reitor?

O exercício do jornalismo investigativo é idealizado por muitos estudantes ao longo da graduação. Nestes dois meses, descobrimos que escrever uma matéria não é tão difícil quanto entender os acontecimentos. O mais complicado é fazer uma apuração detalhada e não se perder nas informações das fontes. Intensas pesquisas, 20 entrevistas e muitas análises foram realizadas para a reportagem “MP abre processo para investigar Feesc”. Ao fim deste processo começamos a rever o conceito de jornalismo investigativo. Não seria essa uma prática necessária em todos os gêneros jornalísticos? Nessa edição nos despedimos do ZERO, deixando para os colegas, no próximo semestre, o desafio de manter um caráter questionador, sem sensacionalismos, para o nosso jornal-laboratório.

CARTAS

Sugestão de pauta

Olá, pessoal. Parabéns pelo jornal! Reportagens interessantes e muito bem desenvolvidas, formato e editoração idem. Bem, gostaria de sugerir uma matéria sobre Golfe, esporte que vem crescendo muito no Brasil nos últimos cinco anos e que já conta com mais de 25 mil praticantes. A tendência é que ele se torne um esporte mais popular entre nós. Santa Catarina já conta com cinco campos e pelo menos mais dois em construção. Desses, dois estão em Floripa, o do Costão e o de Jurerê Golf Club - que tem nove buracos e está localizado no Clube Doze, em Jurerê. O JGC foi fundado recentemente por pessoas que iniciaram há pouco no esporte e tem como objetivo difundir a prática do golfe.

Mauro Tonon, Florianópolis

A equipe do ZERO agradece por sua sugestão. Ela já está anotada.



Fotos: Cauê Oliveira



Nascido na Argentina, o professor Rosendo Yunes veio para o Brasil quando a situação em seu país natal ficou complicada por causa da ditadura. Em 1978, mudou-se para Florianópolis e se tornou professor da UFSC, além de auxiliar em pesquisas farmacológicas para o Ministério da Saúde. Ele é especialista nos princípios ativos de plantas medicinais e pesquisador em assuntos da evolução nas disciplinas biológicas.

O professor disponibiliza seu e-mail para quem tiver dúvidas ou quiser debater o tema da entrevista: ryunes@qmc.ufsc.br

A filosofia entre a ciência e Deus

Rosendo Yunes é um homem da ciência cujas teorias contrastam com as de muitos membros da academia: acredita em Deus e propõe a complementaridade entre o científico e o espiritual. Professor-doutor do departamento de química da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ele sugere a existência de uma *força maior* que teria causado o Big Bang e a evolução das espécies. As chances disso ter se dado ao acaso são mínimas, de um sobre dez elevado a uma potência de várias casas decimais. Nesta entrevista, Yunes fala desse encontro nada convencional entre o místico e o palpável, entre a ciência, a filosofia e a religião.

ZERO - Como surgiu o seu interesse pela associação de disciplinas como a biologia, a filosofia e a física – representadas na teoria da evolução, nos estudos sobre a mente e nas novas teorias do universo?

Rosendo Yunes - Eu tinha feito cursos de filosofia na Argentina. Depois, por vontade pessoal, comecei a trabalhar com essa relação de filosofia com a ciência e escrevi um livro, lançado pela editora da UFSC, chamado *A auto-organização da matéria: Acaso ou informação*. No início dos anos 80, com a formulação da Teoria do Caos, inicia-se um novo paradigma da física. Essa física que é muito interessante, a meu ver.

Você considera que Einstein, ao derrubar diversos tratados da física newtoniana, tornou-se um paradigma e mudou nossa maneira de ver as situações físicas?

Sim, foi um paradigma totalmente novo. Com isso, Einstein mostrou que a matemática se impõe sobre o sentido comum. O sentido comum diz que, se você deixa uma caneta cair, é por que existe uma atração da Terra. Para ele, existe uma geometria do espaço. O corpo deforma esse local e assim vai para baixo. Veja como muda a concepção! E tudo através de cálculos matemáticos que, mais tarde, foram comprovados com a análise de desvios das luzes de estrelas que passam próximas a um corpo no espaço.

O senhor afirma em seus textos que a matemática é uma importantíssima função para se entender a realidade. Então como considerar a matemática um código implícito na realidade, sendo que ela é um código criado pelo homem?

Na minha teoria, a matemática é parte constitutiva do universo, não é criada pelo homem, é encontrada pelo homem. Isso é fundamental. A matemática é descoberta embutida na realidade.

O senhor quer dizer, então, que a matemática já existia sem o código criado pelo homem?

Sim, ela está embutida na realidade, eu creio que a matemática fundamenta essa realidade. Isso explica, por exemplo, a evolução do ser humano. Estou mostrando que a matemática e sua lógica, principalmente, informam a realidade, e que a capacidade cognitiva em evolução capta mais essa informação. Então, você tem mais domínio sobre a natureza.

Apesar desse domínio da natureza pelo homem, ainda somos insignificantes perto da imensidão do universo e, a partir disso, o senhor discorre sobre os infinitos da realidade. O que são esses infinitos e como eles influem no pensamento científico?

No campo da realidade existem três infinitos (ver

box). O infinito dos pequenos (partículas), o infinito dos enormes (universo) e o infinito da complexidade (vida), ou seja, existe um aumento da complexidade. O problema fundamental é que os reducionistas limitam a explicação de tudo às moléculas e aos átomos. Eu proponho um reducionismo total. Atualmente, você não pode considerar um átomo, uma molécula, como se fossem bolas de bilhar. Um átomo é uma coisa muito complexa, como os experimentos com o átomo de Bérilio, no qual um mesmo átomo está em dois lugares diferentes ao mesmo tempo. Portanto, as experiências vêm mostrando que a matéria não é tão material assim... Existem diversos físicos que acreditam que tudo não se passa de uma geometria do espaço, ou seja, uma geometria sobre o nada. Então eu, você, tudo acaba se tornando mera informação, informação matemática, insignificante em relação à grandeza de outras coisas.

“[O universo] surgiu de uma grande explosão (...). Porém, você vê que todas as explosões são produzidas por alguém”

Seria o homem capaz de comprovar a existência de Deus? Quais as dificuldades para tal?

Eu creio que, cientificamente, não há como provar a existência de Deus. Você, cientificamente, pode chegar até certo limite, a partir daí você tem que extrair as conseqüências filosóficas de sua

ciência. Por exemplo, vamos supor a origem do universo, você pode saber que ele surgiu de uma grande explosão, o Big Bang. Porém, você vê que todas as explosões são produzidas por algo ou alguém. O incomum é que aquela explosão, do Big Bang, deu origem a uma ordem, o que significa que a entropia do sistema era algo muito especial, tinha um valor de uma ordem máxima. Portanto, as chances disso ter se dado ao acaso são mínimas. Segundo Roger Penrose, famoso matemático de Cambridge, são de um dividido por dez elevado a 123^4 potência, ou seja, quase zero. O problema da origem da vida também é parecido. Há 3,5 bilhões de anos você encontra o código genético, exemplo de organização lógico-

matemático, que contava com milhões de bits de informação. Como pensar que isso apareceu por acaso? Finalmente, a respeito da evolução da mente humana existe um atrator que é lógico-matemático. Sabemos que a matemática é a ciência do infinito. Estamos assim orientados para um infinito. Tudo isso são dados científicos, mas não estou falando que a ciência prova a existência de Deus, isso você decide desde sua filosofia.

E para o senhor, Deus existe?

Sim, para mim existe sim, porque todas as espécies animais foram aumentando seu conhecimento, o homem especialmente. Neles aparece a matemática como um atrator em seu mais alto grau, e o mais interessante é que, quanto mais abstrata ela se torna, aparentemente, melhor se interpreta a realidade. Então parece haver aí uma ponte, um ponto ômega, ou seja, um campo informacional de atração que seria criado por um Deus.

O ser humano, desde seus primórdios, cultua fé em símbolos, divindades etc. Isso tem algum aspecto relativo à evolução?

Eu acredito que sim. É um fator evolutivo muito grande, inclusive quando se lê os textos de Viktor Frankl. Ele mostrou que, nos campos de concentração de Hitler, aqueles que tinham um sentido, uma fé em algo, não necessariamente em uma força superior, sobreviviam mais aos maus-tratos. Isso quer dizer que o sentido da vida ajuda na sobrevivência do ser humano. Essa fé pode ser em um Deus, no amor, ou a um filho...

Muitos autores declaram, hoje em dia, o fim da ciência. Você acredita nisso?

Eu acredito que devemos conhecer 5% de toda essa grandiosidade do universo. Não acredito num fim da ciência. Digam a eles que vão se cansar de trabalhar e, ainda assim, vai faltar muita coisa para se pesquisar (risos). Nossa ignorância ainda é muito grande...

Cauê Oliveira

Os três infinitos

O infinitamente pequeno: cientistas declaram que, para que ocorra a possibilidade de se chegar a uma partícula elementar, seria preciso um acelerador de partículas com o diâmetro da galáxia

O infinitamente grande: os astrônomos conhecem apenas 5% do universo. Sem contar as dúvidas sobre matérias do espaço que não conseguem ser explicadas, como, por exemplo, os buracos negros

O infinitamente complexo: a complexidade da vida, traduzida no código genético e na evolução. O domínio de sua manipulação (clonagem) pode incorrer nas discussões sobre a unicidade do corpo e sobre a dualidade entre ele e a mente

Fonte: Livro 'O fim da ciência', de John Horgan

O quebra-cabeça de uma fundação

Da intervenção do MP aos processos de investigação, o ZERO revela as peças-chave do caso Feesc

Passados três meses do fim da intervenção judicial na Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feesc), começam a aparecer explicações sobre o que ocorreu durante os 13 meses de auditoria nos projetos. Documentos analisados neste período resultaram em sete relatórios individuais, dedicados a cada um dos coordenadores de projeto: Ariovaldo Bolzan, Ricardo Machado, José Eduardo de Lucca, Jorge Mário Campagnolo, Victor Juliano Negri, José Carlos Zanini e Gilberto Inácio Klaumann e a algumas empresas prestadoras de serviço à fundação que não tiveram existência comprovada. As irregularidades constatadas pelos auditores estão em processo de investigação no Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC) e na Diretoria Estadual de Investigações Criminais (Deic) [leia matéria na página 5].

As suspeitas sobre os projetos gerenciados com o aval da Feesc começaram em julho de 2005, com as ações trabalhistas contra a fundação, relativas aos projetos do Laboratório de Ensino a Distância (LED). As acusações dos ex-funcionários apontaram contratos irregulares e uso indevido da imagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 20 cursos realizados pelo LED, entre 1995 e 2003. As denúncias foram feitas por trabalhadores autônomos – o relatório levanta alguns casos – envolvidos no projeto de ensino a distância. Por serem contratados como bolsistas, quando foram demitidos não tiveram os direitos trabalhistas assegurados e recorreram à Justiça para obter indenização pelos danos financeiros sofridos após a demissão.

Os analistas de finanças e controle da Controladoria-Geral da União (CGU), Jairo Martins e Rogério Augusto Collares, diante das inúmeras ações trabalhistas no Tribunal da Justiça do Trabalho (TJT), iniciaram a investigação. A análise foi feita sobre os procedimentos adotados em relação ao oferecimento dos cursos a distância e os acordos judiciais firmados entre os ex-funcionários e a Feesc. As constatações da CGU provaram a penhora de bens da universidade como garantia de pagamento das ações trabalhistas e uso indevido das instalações e imagem da UFSC para a realização de cursos do LED.

Em função das denúncias trabalhistas, o INSS, representado pela Delegacia Previdenciária de Florianópolis, deu início a uma auditoria

nos projetos da fundação, verificando como constavam os registros de funcionários e o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Imposto de Renda.

Os auditores identificaram que o principal método utilizado para gerenciamento dos projetos era o mecanismo de apresentação de notas fiscais para reembolso de serviços. O método era usado tanto por funcionários, que deveriam receber salários, quanto por empresas contratadas para realizar todo o trabalho do projeto. Mas a fundação e a universidade, quando recebem recursos privados ou públicos, tornam-se as responsáveis pela execução do projeto e não podem, pela Lei Federal 8.666/93, repassar esse trabalho a um terceiro. Como as fundações estão livres do processo de licitação na prestação de serviços públicos, ao subcontratar empresas elas estariam ferindo a legislação, redirecionando o que seria sua atribuição a entidades privadas.

As notas fiscais apresentadas para reembolso também se mostraram incompatíveis. No posto Santa Mônica, localizado na avenida Madre Benvenuta, em Florianópolis, por exemplo, foi emitido um cupom fiscal comprovando o consumo de R\$ 1.050 em gasolina comum e álcool, no dia 9 de outubro de 2002. Notas fiscais de restaurantes também foram entendidas pelo INSS como subterfúgio para pagamentos de funcionários ou empresas. A mais grave mostra um valor de R\$1.035 na Lanchonete e Restaurante da Família, no bairro Córrego Grande, no dia 14 de setembro de 2003, em nome de uma única pessoa física.

Subcontratação de empresas

Os delegados da Previdência constataram subcontratação de 36 empresas prestadoras de serviço à Feesc. Dezessete delas

pertenciam a professores ou servidores da UFSC ou, ainda, a funcionários da fundação. Um dos casos é o de José Carlos Zanini, professor do departamento de Engenharia Mecânica e proprietário da Tríplex Consultoria, Cedes e J&V, com respectivamente 64%, 74% e 67% do faturamento voltado para prestação de serviços aos projetos. Outro exemplo é o funcio-

nário da Feesc, Ronnie Fey, dono da Global Minds Serviços de Informática Ltda, com 87% do faturamento ligado à Feesc.

Os casos que levantaram maiores suspeitas foram os das empresas Paidéia, Ásia, Teletip, Visioneer e PK Solution Consultoria. Embora todas tivessem registradas na rua Aniceto Zacchi, em Palhoça, na Grande Florianópolis, os auditores do INSS não comprovaram a existência das prestadoras de serviço naquele local. Os professores Wladimir Arthur Fey, do departamento de Ciências Contábeis, e José Francisco Salm,

da Administração, são os proprietários da Paidéia, que possui 40% do faturamento relacionada a projetos da Feesc. Registrada na mesma sala da Paidéia, a empresa Ásia Consultoria tem 76% da sua receita ligada à fundação, e é propriedade de Liene Fey, mãe do funcionário da Feesc Ronnie Fey. A PK Solution Consultoria, pertencente ao ex-superintendente da Feesc, Gilberto Inácio Klaumann, obteve 90% dos seus ganhos com projetos na fundação. Televisão e Visioneer são as outras duas registradas no prédio em Palhoça, cuja existência não foi comprovada. A primeira pertence à Alzira Salvador, cunhada de Klaumann, e teve 90% de sua receita ligada à fundação. A segunda, cujos donos são sogros de Klaumann, Martinho e Palmira Salvador, recebeu R\$1,85 milhões da Feesc no período de 2000 a 2005.

As irregularidades apontadas pelos auditores do INSS embasaram a ação civil pública que resultou na intervenção judicial na Feesc, em fevereiro de 2007. O processo, no entanto, começou a se configurar em novembro de 2003, às vésperas do segundo turno das eleições para reitor da UFSC. Na ocasião a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) discursou em plenário sobre as denúncias feitas pelo INSS. Com as acusações vindo à tona, João Alexandre Massulini Acosta, responsável pela 25ª Promotoria de Justiça, reuniu as análises da Delegacia Previdenciária. Em 2007, o juiz Luiz Felipe Canever adotou a prerrogativa e afastou a diretoria atuante à época. A gerência passou então às mãos da administradora Fátima Ribeiro, com poder de liberação e coordenação. Por meio de licitação, a empresa BDO Trevisan foi contratada para realizar a auditoria nas contas de todos os projetos entre 2000 e 2007.

Graziele Frederico

Cronologia

Entenda o que aconteceu

1995-2005 :: Ações trabalhistas (CGU)

Vinte ações trabalhistas, impetradas no Tribunal de Justiça do Trabalho, deram origem a um relatório não-homologado pela Controladoria-Geral da União (CGU), vazado à imprensa durante as eleições para reitor na UFSC, em 2007. No documento está o relato de como a CGU encaminhou as denúncias e a constatação de uso indevido do dinheiro da Feesc, do espaço físico e do nome da Universidade.

2000-2005 :: Relatório do INSS

As ações trabalhistas levaram o INSS a fiscalizar os contratos empregatícios da fundação. Concluiu-se que houve prestação de serviços com notas frias para o pagamento de técnico-administrativos e docentes da UFSC, empregados da própria Feesc e alunos bolsistas. A Previdência Social reclamou uma dívida de R\$ 35 milhões, dos quais cerca de R\$ 6 milhões já foram sentenciados.

23 de fevereiro de 2007 :: Intervenção judicial

Por conta da apuração feita na Delegacia Previdenciária, a 25ª Promotoria do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP-SC) ajuizou uma ação civil pública para realizar uma auditoria independente nas contas da entidade. O juiz Luis Felipe Canever afastou a diretoria à época e designou Fátima Ribeiro como administradora provisória. Na licitação conduzida pela interventora, foi contratada a empresa BDO Trevisan para apurar irregularidades na gestão dos recursos.

Agosto de 2007 :: Prorrogada a intervenção

Devido ao grande volume de material recolhido, a 25ª Promotoria pediu a prorrogação da intervenção de seis para 13 meses.

Dezembro de 2007 :: Abertura de inquérito

O MP-SC solicita à Diretoria Estadual de Investigações Criminais (Deic) a verificação de documentos relacionados a oito empresas que poderiam estar envolvidas em fraudes na prestação de serviços à Feesc.

18 de março de 2008 :: Novo modelo de gestão

Para regularizar os projetos, foi desenvolvido um novo modelo de gestão pela interventora, publicado dia 18 de março no Manual da Feesc. A alteração no procedimento de compra dos projetos não agradou os coordenadores. Eles deveriam elaborar um pré-planejamento dos custos a ser aprovado pela fundação. Outro ponto modificado era que os contratos deveriam ser fechados diretamente com a UFSC. A fundação, nesse caso, teria o papel de apoio, restrito à compra de pequenos equipamentos e à contratação de funcionários temporários.

19 de março de 2008 :: Posse da nova diretoria

Uma nova diretoria toma posse e se compromete com o MP-SC a cumprir os sistemas adotados e aprovados na intervenção judicial, mantendo a equipe que participou da implantação desse modelo. Os integrantes somente poderiam sair por justa causa ou vontade própria.

28 de março de 2008 :: Fim da intervenção

Após 13 meses, o MP considerou os relatórios satisfatórios. Para o término da intervenção judicial, uma série de regras deveria ser seguida pela fundação. Dentre elas, duas foram negadas pela nova diretoria. Uma pedia a contratação de um gerente administrativo fora do âmbito universitário. A outra, garantia a manutenção de toda a equipe que trabalhou com a interventora no cargo. Como a diretoria assumiu os outros compromissos, o Ministério autorizou o final da intervenção.

30 de abril de 2008 :: Saída da interventora

Apesar de, legalmente, a gestão de Fátima Regina acabar em 30 de abril, o MP-SC sugeriu que ela continuasse por mais um tempo, auxiliando na implementação do novo modelo. Os coordenadores, no entanto, rechaçaram a proposta, e a funcionária Ângela Espindola assumiu o cargo de Fátima.

1º de maio de 2008 :: A renúncia

Um dia depois da saída de Fátima, o MP-SC entrou em contato com o diretor-presidente Carlos Speller, questionando a saída da interventora. Para evitar desgaste político, ele e os professores Álvaro Lezana e Denizar Martins renunciaram aos cargos de chefia.

10 de junho de 2008 :: Eleições frustradas

Não houve candidatos para formar a nova diretoria. O professor Raul Valentim se tornou o novo diretor e se comprometeu em permanecer no cargo pelos próximos seis meses.

Atualmente :: Investigação prossegue

O MP abriu um Procedimento Investigatório Criminal (PIC) para apurar irregularidades apontadas pela auditoria. O trabalho está na fase inicial, a análise de documentos, e os envolvidos devem começar a ser ouvidos em breve.

Relatórios apontam irregularidades cometidas por coordenadores de projetos

Ao final da ação civil pública, proposta pela 25ª Promotoria do Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC), foram produzidos sete relatórios individuais, referentes aos coordenadores de projetos. Davi do Espírito Santo, promotor que responde atualmente pela curadoria de fundações, afirma que nos documentos constam as maiores irregularidades levantadas na auditoria da empresa BDO Trevisan, durante a intervenção judicial.

Os principais problemas nas atividades dizem respeito ao pagamento a empresas e pessoas não vinculadas aos projetos; a subcontratação de empresas, inclusive de professores e servidores da UFSC e funcionários da Feesc; e, ainda, a transferência de recursos das contas dos projetos para particulares.

Arioaldo Bolzan, vice-reitor até maio deste ano, justifica o envolvimento dos coordenadores nos relatórios individuais pelas relações próximas entre eles. Na prática, o relacionamento direto de Bolzan só pode ser comprovado com Ricardo Machado, com quem mantém sociedade na Resume – Reciclagem Ltda. A sociedade nasceu em um dos projetos realizado pelos dois professores, com recursos gerenciados pela Feesc. A verba para a pesquisa de tecnologia sobre a reciclagem do isopor veio de uma empresa externa, que os dois preferem não identificar. Bolzan e Machado afirmam ter aberto um espaço privado para o desenvolvimento da pesquisa porque a UFSC não oferecia a infraestrutura necessária.

A Resume foi mantida integralmente, até 2003, com a verba captada inicialmente no projeto via fundação. O objetivo era desativá-la depois do desenvolvimento da tecnologia, mas, segundo os professores, isso ainda não aconteceu por causa do interesse de outros engenheiros no negócio. Os sócios agora trabalham nos processos de repasse dos royalties para a Universidade. O dinheiro que veio da iniciativa privada foi intermediado pela Feesc para ser administrado em outra esfera priva-

da, mesmo com a garantia dos professores de não terem lucrado com o empreendimento. O único benefício financeiro recebido por Bolzan e Machado, garantem, seria a bolsa de pesquisa paga pela fundação.

Se os dois professores fossem somente engenheiros e desvinculados da UFSC, não seria necessária a mediação da fundação porque a parceria poderia ser apenas entre dois membros do setor privado. Os recursos foram investidos no projeto de Bolzan e Machado porque ambos já desenvolviam pesquisa na instituição atendendo ao interesse da empresa. “Para que pudéssemos receber a bolsa e administrar o dinheiro, fizemos uso da Feesc”, explicam os coordenadores.

Nesses oito anos, os projetos coordenados por Bolzan também pagaram R\$ 96 mil para pessoas não listadas formalmente nos contratos. Foram gastos também R\$ 85 mil na compra de passagens aéreas e rodoviárias, além de estadia em hotéis em nome de pessoas não vinculadas formalmente aos projetos. “Estes gastos não constavam no contrato inicial, mas a dinâmica mudava e as novas despesas deveriam ser incluídas”, justifica Bolzan.

No relatório de José Eduardo De Lucca, foi constatado R\$ 190 mil como pagamento a pessoas e empresas não registradas nos projetos. Nas contas de Jorge Mário Campagnolo, a irregularidade ficou em R\$ 25 mil; nos contratos de Victor Juliano Negri, os gastos alcançaram o valor de R\$ 53 mil.

A situação evidencia a ausência de controle da fundação sobre o que de fato era feito nas contas dos projetos. Como Bolzan e outros coordenadores pagavam viagens e isso não constava devidamente na contabilidade, os auditores entenderam que a Feesc não conseguia controlar todas as despesas que passavam pelos projetos da fundação, deixando brechas na contabilidade.

Funcionário-coordenador

O caso de Gilberto Klaumann foge à regra dos outros seis nomes citados ao final da auditoria. Durante os oito anos analisados, Klaumann coordenou 35 projetos na fundação, apesar de não ser docente da UFSC. Até novembro de 2002, trabalhava na Feesc, mas seu vínculo formal era de servidor público da Universidade. A partir desta data, foi contratado como funcionário.

Nos dois primeiros anos recebia seu salário em forma de bolsa de extensão pelas atividades realizadas dentro da fundação. O registro, tanto como servidor quanto como empregado implica problemas para Feesc. Primeiro, ele não poderia, como servidor público, ser remunerado pelas suas atividades funcionais na fundação. Segundo, Klaumann acumulou também as funções de superintendente e coordenador, de modo que obteve sozinho total controle sobre o processo de captação e gerenciamento dos projetos.

Como superintendente, Klaumann fazia também parte do Conselho Curador. E, segundo o 8º artigo do estatuto da Feesc, os curadores não podem ser remunerados pelo exercício da função. Seu único cargo passível de salário seria, portanto, a coordenação de projetos. Essa também não seria viável desde 2002 já que ele não recebia bolsas e sim salário. Klaumann não era um pesquisador da Universidade, mas captava recursos para desenvolvimento de pesquisa. Seu vínculo era empregatício apenas com a Feesc.

Nos oito anos em que coordenou projetos na fundação, Klaumann contratou as empresas PK Solution Ltda e Next Millenium. As duas prestadoras de serviço tiveram a existência questionada pelos auditores do INSS. Além disso, 90% de seus faturamentos advém da Feesc. O conflito de interesses fica estabelecido quando se verifica que Klaumann é sócio da PK Solution e sua esposa a proprietária da Next Millenium.

Os sete relatórios individuais apontam as mesmas deficiências no controle administrativo da fundação – pontos que agora devem ser investigados pelo MP-SC. Os sete coordenadores ainda não foram procurados pelo Ministério Público para prestar esclarecimentos. (G.F.)

Valores

Total movimentado pelos professores

Klaumann	R\$ 38 milhões
Zanini	R\$ 16 milhões
Bolzan	R\$ 11 milhões
Campagnolo	R\$ 6 milhões
Lucca	R\$ 2 milhões
Machado	R\$ 2 milhões
Negri	R\$ 1 milhão

Fonte: Relatório da auditoria



Documentos da auditoria comprovam pagamentos a pessoas não vinculadas aos contratos

Ministério Público e Deic abrem processos de investigação

Com o fim da intervenção judicial na Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feesc), as investigações para apurar possíveis irregularidades continuam na Diretoria Estadual de Investigações Criminais (Deic) e no Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP-SC). O trabalho, que é realizado em parceria entre as duas instituições, ainda não possui prazo de conclusão.

Desde o final de 2007, ainda durante a intervenção judicial, o MP-SC solicitou à Deic que conferisse a existência de empresas fantasmas prestadoras de serviços à fundação. Ao total, são oito processos criminais de verificação em andamento, cada um relacionado a uma empresa diferente. “É um procedimento demorado, pois exige que verifiquemos documentos junto à Fazenda e informações com os Correios e vizinhos, por exemplo, para saber se são feitas atividades naqueles lugares”, explica o delegado Célio Nogueira Pinheiro, responsável pelo caso. Também estão sendo tomados depoimentos de donos das empresas e membros da Feesc.

Ao final das investigações da

Deic, um relatório será encaminhado à Justiça, que decidirá sobre a abertura de processos. Se comprovado crime, os envolvidos podem responder por falsificação de documentos (entre dois a seis anos de prisão, mais multa) e crimes tributários, como sonegação de impostos (entre dois a cinco anos de prisão, mais multa). “Mas, por enquanto, não podemos tirar conclusões porque a perícia não foi finalizada”, diz.

Na 25ª Promotoria, o promotor Davi Espírito Santo continua no comando do caso. O trabalho está na fase inicial, de análise de documentos, e as pessoas que serão ouvidas responderão na condição de investigadas. “É preciso ter cuidado para separar aqueles que atuaram de má-fé daqueles que estavam irregulares”, explica. Devido ao grande volume de material, espera-se concluir o processo investigatório criminal (PIC) dentro de um ano. Caso seja comprovada a culpa dos investigados, eles serão denunciados à Justiça comum. Ao contrário, o processo será arquivado.

Nancy Dutra

Contraponto

O que eles dizem

- **Arioaldo Bolzan e Ricardo Machado:** consideram que a auditoria está incompleta porque não foram chamados a prestar esclarecimentos.

- **José Eduardo De Lucca e Victor Juliano de Negri:** afirmam não saber que seus nomes estão citados na ação civil pública.

- **Jorge Mário Campagnolo:** ciente da situação, diz estar tranquilo com os pareceres.

- **José Carlos Zanini e Gilberto Inácio Klaumann:** foram procurados inúmeras vezes pela reportagem, mas não retornaram os e-mails e os telefonemas nunca foram atendidos.

Dificuldade em eleger direção da Feesc

Segunda diretoria, eleita três meses após o fim da intervenção, sairá em novembro próximo

A escassa captação de projetos desde o início da intervenção judicial transparece o clima de incerteza sobre o futuro da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feesc). Enquanto o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP-SC) exige mudanças nos procedimentos a fim de dar credibilidade à entidade, professores do Centro Tecnológico (CTC) temem as normas implementadas. De acordo com o diretor do CTC, Edson Rosa, é preciso um trabalho para convencer que a agilidade na liberação das verbas continua. (veja o box). A fundação deve, também, fazer o recredenciamento junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vencido em setembro do ano passado. A Feesc precisa ainda restaurar a própria autonomia administrativa.

Quem tenta contornar as dificuldades são os diretores Raul Valentim (diretor-presidente), Lúcia Helena Pacheco e Fernando Antônio Forcellini. Eleita em 10 de junho, a diretoria é interina e permanecerá somente até novembro de 2008. O processo de escolha se deu de maneira difícil, pois não houve inscrição prévia de chapas antes da reunião do Conselho Curador, órgão máximo responsável pela eleição. Em virtude da ausência de candidatos, os atuais diretores se licenciaram da função de

conselheiros para concorrer aos cargos.

Esta não é a primeira diretoria eleita após o fim da intervenção. No dia 19 de março, Carlos Speller, Álvaro Lezana e Denizar Martins assumiram, mas renunciaram em pouco mais de um mês. Os três foram eleitos antes do fim da intervenção, uma vez que a administração-provisória estava terminando e o mandato da diretoria afastada havia expirado. O diretor-presidente à época, Carlos Speller, expõe que o MP-SC elaborou um acordo para que a intervenção acabasse, como aconteceu na semana seguinte, em 28 de março. "Esse foi o meio encontrado pelo promotor para convencer o juiz pelo fim da ação civil pública", detalha Speller.

O acordo estabelecia uma série de normas. Uma delas era a exigência de alguém para acompanhar a implantação do novo sistema de gestão. A outra era que alguns funcionários da equipe, que trabalharam durante a intervenção, não poderiam ser demitidos por pelo menos um ano, salvo justa causa ou vontade própria. Havia também a proposta da permanência da interventora, Fátima Ribeiro, por mais algum tempo, cerca de um mês, monitorando a transição administrativa e a implementação de dois sistemas informatizados. Os diretores argumentaram contra a permanência da administradora,

dizendo que ela era mal vista por todos os coordenadores dos projetos. Além disso, acrescentaram, os empregados contratados ou que haviam trabalhado, com ela representavam um custo adicional.

O motivo que levou à renúncia precoce ocorreu na tarde de quarta-feira, 30 de abril, último dia de trabalho de Fátima Ribeiro. O MP-SC exigiu, para o cargo de gerente executiva, prioridade a profissionais com formação em administração. A escolhida foi Ângela de Espindola da Silveira, funcionária do setor de informática da fundação há 18 anos. "O momento era muito delicado para que se colocasse qualquer um, pois o funcionário precisaria de um tempo para se adaptar e entender a complexidade de uma fundação tecnológica. E ninguém com bom emprego em uma empresa iria trocá-lo por um trabalho incerto", defende Speller.

O promotor não aprovou a decisão pela nova gerência executiva. O ex-diretor da Feesc revelou que recebeu uma ligação do promotor Davi do Espírito Santo, responsável pelo caso na 25ª Promotoria de Justiça, descontente com a escolha. Segundo Speller, o promotor chegou a acenar com a possibilidade de continuidade da intervenção judicial. Os diretores decidiram, então, renunciar. "Ocorreu um desgaste político e os objetivos principais haviam sido atingidos: acabar com a intervenção e afastar a interventora. Era a hora de devolver a administração da fundação."

Sobre o episódio, Davi do Espírito Santo expôs que os ex-diretores não se sentiram capazes de cumprir o acordo feito. "Não houve pressão em nenhum momento", observa. Ele diz que a comunicação da renúncia foi feita

através de um ofício da Feesc. A permanência de Fátima era apenas uma sugestão para que ela acompanhasse a transição da gerente executiva por dois ou três dias.

A atual diretoria analisa que, depois desses acontecimentos, a relação com o MP-SC melhorou e vários pontos do acordo foram rediscutidos. Um exemplo disso foi a demissão de todos os funcionários contratados pela interventora. Agora, a fiscalização do MP-SC na fundação retorna à prestação anual de contas, complementada pelas normas administrativas fixadas durante a intervenção.

Finanças

Raul Valentim assegura que as contas da Feesc não estão deficitárias. De acordo com o diretor-presidente, a dívida com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), estimada em pouco mais de R\$ 6 milhões, ainda não foi efetivamente cobrada pela Justiça. Projetos com a Centrais Elétricas de Santa Ca-

tarina (Celesc), no valor aproximado de R\$ 3 milhões, prometem melhorar as condições da fundação. Seis projetos ainda não foram formalizados e se encontram sob a análise jurídica. Pelos novos procedimentos adotados, ainda em fase de implementação, a Feesc não pode mais assinar os contratos. Os contratos devem ser feitos com a universidade [veja tabela]. A Petrobrás também articula a ordem de R\$ 52 milhões com o MP-SC para os próximos meses.

O diretor do CTC, professor Edson Rosa, analisa que para reconquistar a confiança dos professores do Centro, a fundação precisa de um trabalho que vá além de uma luta contínua por flexibilização das regras ao MP-SC. "A intervenção, por si só, não resolve os problemas. Sem desdobramentos, engessou a atuação da Feesc. É preciso reverter essas exigências", conclui.

Juliana

Diferenças

Como funciona a captação de recursos

CONVÊNIO

Procedimento utilizado quando alguma empresa pública deseja fomentar a pesquisa e a extensão nas universidades. Pode haver participação de empresa privada. Os convênios não tiveram os procedimentos alterados pela intervenção.

- 1) A fundação consulta sites de financiadoras, como Finep, Petrobras e Fapesp, à procura de editais e repassa aqueles que interessam aos coordenadores dos projetos.
- 2) Caso os professores queiram participar, preenchem o edital com informações sobre os materiais e a quantidade de pessoal necessários para a execução.
- 3) Anexado ao formulário devem estar certidões negativas (INSS e FGTS) da fundação. Além disso, a proposta deve ser autorizada pelo reitor, pela direção da fundação, pelo coordenador e pela coordenadoria do departamento na qual está locado. Antes de chegar ao reitor, o documento passa pelo Departamento de Convênios, Procuradoria-Geral da União na UFSC, Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento da Informação (NPDJ) e Conselho Curador.
- 4) Se o projeto for aprovado, a proponente emite um comunicado e o contrato é assinado entre financiadora, fundação e Universidade. Caso haja uma empresa privada envolvida, ela também deverá assinar.
- 5) A fundação abre uma conta bancária vinculada para receber os recursos.
- 6) Para adquirir os itens necessários, a fundação faz licitação por meio da modalidade de pregão eletrônico.
- 7) Ao longo do convênio, o pagamento é feito em parcelas. Antes de cada uma ser liberada, a fundação precisa encaminhar uma prestação de contas.
- 8) Concluído o convênio, a financiadora elabora um termo de encerramento depois de analisada a prestação de contas de todo o período.

CONTRATOS

Antes da intervenção, os contratos correspondiam a maior parte da receita da Feesc. A grande mudança desde então é o pagamento de bolsas a professores e técnicos administrativos. Este procedimento exige a prestação de serviços.

Antes

- 1) Empresas procuravam a fundação e falavam diretamente com o coordenador de projetos para desenvolver o trabalho.
- 2) Professores preenchiam um pré-informando quais equipamentos iam utilizar. Também podiam requerer bolsas de pesquisa para professores, servidores técnico-administrativos e alunos.
- 3) O departamento do coordenador responsável e a Universidade deveriam autorizar o contrato.
- 4) Fundação enviava a minuta do contrato para a empresa, que a assinava.
- 5) Era realizada a compra de equipamentos. Como o processo não envolvia licitação pública, não há necessidade de licitação. Os coordenadores e a fundação faziam cotação de preços entre as empresas.
- 6) As faturas dos gastos eram enviadas para a empresa.
- 7) Com o projeto concluído, o professor assinava um termo de responsabilidade, no qual se comprometia a devolver os materiais adquiridos se tornarem patrimônio da fundação.

Agora

Por causa da intervenção da Controladoria-Geral da União (CGU), a Feesc não pode mais assinar contratos. Ou seja, professores e técnicos administrativos não recebem mais para participar dos projetos contratados. O processo não está definido como será o novo procedimento de captação através de contratos, incluindo o gerente de projetos da Feesc, João Carlos Martins. A discussão está sendo feita com a administração da fundação.

Política de gerenciamento desigual cria competição entre fundações

Os recursos para os novos projetos, antes captados via Feesc, agora são gerenciados através de outras fundações de apoio existentes no campus, Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu), Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio Econômicas (Fepese) e Fundação José Arthur Boiteux (Funjab). Uma evidência disso foram os R\$ 20 milhões a mais arrecadados pela Fapeu no ano passado, num total de R\$ 63 milhões. Em 2006, a entidade havia recebido cerca de R\$ 43 milhões.

A nova diretoria da Feesc está elaborando um relatório com as mudanças na fundação e a prestação de contas para pedir o recredenciamento junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Caso o pedido seja negado, a Feesc fica impedida de assinar legalmente contratos e convênios nos termos da lei 8.958/94. O credenciamento é renovável a cada dois anos e depende apenas da prestação de contas à instituição de ensino superior e ao respeito das leis de licitação e contratos de administração pública.

Durante a apresentação do docu-

mento no Conselho Universitário, será levantada a discussão sobre a conduta das outras fundações da UFSC. "Disso depende o nosso futuro", assegura Raul Valentim, diretor-presidente da Feesc. A interpretação pode não encontrar apoio. O reitor da UFSC Álvaro Prata discorda que a reitoria deva intervir no ajustamento de conduta das entidades. "Elas são autônomas, e essas alterações cabem ao Ministério Público implantar e fiscalizar", argumenta. As reitorias não têm responsabilidade direta quanto à gestão e administração das Fundações de Apoio, mas podem, por lei (8.958/94), pedir a estas entidades que se submetam à supervisão (controle finalístico) de gestão pela administração central da universidade.

Os problemas administrativos da Feesc também foram encontrados nas outras fundações do campus. Com as contas anuais reprovadas, a Fapeu e a Fepese tiveram decretada uma intervenção administrativa no fim de setembro 2007. A ideia da 25ª Promotoria de Justiça, coordenada na época pelo promotor João Alexandre Acosta, era evitar que os procedimentos ir-

regulares se agravassem, como aconteceu no caso da Feesc. "O objetivo é restabelecer os procedimentos de gestão de acordo com a lei e também unificar as políticas de trabalho das instituições", afirma o promotor Davi do Espírito Santo.

A intervenção administrativa foi realizada em conjunto com as diretorias das fundações, diferente do caso da Feesc. Rosilene Vilela foi designada para coordenar o trabalho na Fapeu, enquanto Mônica Meireles da Silva esteve na Fepese. O objetivo era em fazer um diagnóstico da fundação, levantando dados para elaborar orientações na gestão dos recursos. Vilela também foi responsável por contratar empresas especializadas para auditar as contas do ano.

Assim como era previsto, as intervenções duraram seis meses e encerraram em março deste ano. O material levantado e as sugestões foram entregues ao MP-SC por meio de relatórios mensais. O final ainda está sendo produzido. Tanto na Fapeu quanto na Fepese, os resultados da auditoria não podem ser revelados, pois estão sob análise na 25ª Promotoria. (J.D.P)

Estudantes da UFSC criam grupo de pesquisa pioneiro

Alunos do curso de Engenharia de Materiais, mesmo sem bolsas, desenvolvem pesquisas sobre mecânica de precisão na Universidade

O grupo de estudos de materiais de atrito, conhecido como Cema, não é um centro acadêmico de estudantes nem uma empresa júnior da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O laboratório abriga um grupo de pesquisas diferente, o único da universidade criado e gerenciado por alunos, todos do curso de Engenharia de Materiais.

A equipe, que hoje conta com 13 participantes, começou com a iniciativa do aluno Bruno Gellert. Por ter experiência com automóveis em oficina mecânica, Gellert quis aprofundar os estudos em uma área específica de materiais, os de atrito. Segundo

ele, as pesquisas na área de elaboração de pastilhas de freio têm muito a evoluir, os dispositivos podem ser mais eficientes, ter maior durabilidade e diminuir o risco de acidentes.

Graças à experiência no laboratório, o estudante do 4º ano estagia em uma empresa de materiais de atrito em São Paulo.

O laboratório de Mecânica de Precisão, dentro do prédio do Departamento de Engenharia Mecânica, abriga a nova sede do grupo. O portão com interfone garante a segurança dos equipamentos e também previne acidentes. Ao fundo, a sala do Cema é fechada com vidro e fibra de madeira de média densidade (MDF). De acordo

com o estagiário João Paulo Martins, também do 4º ano, hoje, o espaço é "bonito". "Tem identificação na porta, cabos de internet e com-

putador", relata o estudante vestido com a camisa pólo do Cema.

Criado oficialmente em 2007, o grupo deu início às pesquisas em um porão cedido pela UFSC. No começo, eram apenas a "apostila e muita vontade", acrescenta André Girelli, do 3º ano, em estágio não-curricular. À medida que o grupo cresceu, ganhou credibilidade e apoio de professores e da universidade. Os estagiários ainda não recebem bolsa-auxílio, mas Girelli garante que estão em negociação com a UFSC. Atualmente, os alunos preparam artigos e contam com dois estagiários curriculares, selecionados por eles mesmos. Para Girelli, "o laboratório é aberto para quem tiver interesse".

Apoio para o trabalho

O Cema depende da doação de equipamentos geralmente defasados. Como a maioria das máquinas apresenta algum problema, os alunos assumem o papel de técnicos e partem para o conserto. Alguns



A universidade dá apoio aos alunos, mas as bolsas ainda estão em negociação

professores ajudam com trabalho e quantias em dinheiro. "Nada muito alto. O máximo que ganhamos foi R\$ 200 para consertar o dinamômetro", relembra Girelli. O coordenador do curso de Engenharia de Materiais, Dylton Pereira, assume que a universidade não tem recursos, e o curso, menos ainda. "O apoio é dado com espaço físico, professores orientando as pesquisas e a parte da limpeza. Coisas que estão disponíveis", afirma Pereira.

Os estudantes estão ainda na parte estrutural das pesquisas. Desenvolveram uma máquina que permite a realização de testes em escala laboratorial - em menor escala -, mas com a mesma eficiência, analisam se a composição das pastilhas de freio contém substâncias ilegais

como o amianto e a eficiência de determinado produto. No futuro, pretendem desenvolver uma pastilha própria, criando uma minifábrica de pastilhas de freio.

A universidade reconhece o curso e apóia as atividades dos estudantes. Segundo o coordenador do curso, a maioria das pesquisas é desenvolvida por docentes e não por alunos: "este é um caso especial". Pereira acredita que os estudantes buscaram o que queriam, aproveitaram um determinado nicho que não era explorado e agora estudam por conta própria com o apoio de um professor responsável. "Eles partiram para uma briga e estão ganhando. O que eles estão fazendo é altamente digno de mérito."

Danielle Reis

Portaria regulamenta autonomia administrativa dos HUs

Medida que institui o planejamento financeiro independente das universidades gera críticas entre sindicalistas

Até o ano que vem, todos os hospitais universitários federais deverão criar uma unidade administrativa própria, desvinculando-se do controle orçamentário das instituições às quais pertencem. A medida passou a valer a partir de 29 de abril de 2008, quando estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC). Agora, a responsabilidade de pensar o orçamento e as finanças é do próprio hospital, e tem validade para todas as escolas de ensino superior no país a partir do dia primeiro de junho deste ano.

Paulo Rocha, subsecretário de planejamento e orçamento do Ministério da Educação e autor da portaria, argumenta que a iniciativa é uma saída para a falta de controle que o MEC alega ter em relação aos hospitais. Em muitos casos, uma instituição requeria determinado valor alegando que o destino do dinheiro seria o HU,

mas se surgisse outro problema prioritário para ser solucionado, em outra área, a verba acabava redirecionada para outro fim. A verba repassada ao HU da UFSC é de aproximadamente R\$ 1 milhão anual pelo MEC e, em média R\$ 1,7 milhão mensais pelo SUS.

No Brasil, dos 45 hospitais universitários, 17 já dispõem de independência administrativa. "A UFSC é um dos que detém independência orçamentária", explica o ex-diretor do HU e atual vice-reitor, Carlos Alberto Souza Dias. "A portaria não muda em absolutamente nada o funcionamento já adotado", garante.

Mesmo antes da portaria, a administração da UFSC já havia adotado o formato, que faz com que toda verba que a universidade recebe para aplicar no HU chegue efetivamente ao hospital. A única mudança foi a criação de um novo

CNPJ, providenciado pelo chefe do departamento de administração e finanças da UFSC, Luis Correa de Souza. "O trabalho vai ser o mesmo, a única diferença é que agora existe um balanço para a UFSC e outro para o hospital", esclarece Souza.

No HU da UFSC, ninguém declarou ter conhecimento do assunto para dar informações. A reportagem do ZERO tentou por diversas vezes entrar em contato com a diretora-geral do hospital, Marisa Coral, mas não obteve retorno.

Marco Antônio de Pádua Borges, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (Sintufsc) e da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde por Santa Catarina e funcio-

nário do HU há 26 anos, vê a medida com desconfiança. Ele esteve recentemente em Brasília, onde conversou com o subsecretário, Paulo Rocha, pedindo explicações sobre a mudança. "Ficou claro o que já

Dos 45 hospitais universitários brasileiros, 17 já dispõem de independência administrativa, incluindo o da UFSC

imaginávamos que iria acontecer: apesar do discurso de 'assim o MEC terá mais controle', sabemos que o verdadeiro objetivo é preparar a cama, gerencialmente falando, para implantar a fundação estatal de direito privado quando ela for aprovada, e já encontrar esse modelo dos hospitais pronto", defende Borges.

O coordenador faz referência ao projeto de lei complementar nº92, que tramita no governo desde junho

do ano passado. A idéia propõe a criação de fundações estatais de direito privado, com receitas e patrimônio próprios, autonomia financeira, de gestão de pessoal, gerencial e orçamentária para dez áreas, entre elas a saúde. Borges concorda que, em termos administrativos, a portaria não implica mudanças drásticas, mas reforça que abre caminho para mudanças maiores. "Nossa briga é política, é para evitar que os hospitais universitários deixem de ser 100% SUS", defende.

Somente oito hospitais universitários no Brasil - incluindo o da UFSC - ainda operam totalmente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O restante já possui atendimento por meio de convênios particulares ou com empresas. Hoje o HU da UFSC faz, aproximadamente, 6,5 mil atendimentos por mês.

Camila Brandalise

Vestibular impede ingresso de aluno especial

Thiago Evangelista precisa de um modelo diferenciado de prova, mas a legislação da UFSC ainda não atende às necessidades do estudante

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) conta com 622 alunos cotistas e 514 portadores de necessidades especiais matriculados em todos os níveis de ensino. Mas ainda não conseguiu desenvolver mecanismos eficazes para que Thiago Evangelista dispute uma vaga no ensino superior. Ele é um aluno que não fala nem escreve, mas que, apesar da paralisia cerebral, já provou ser capaz de passar com média geral oito em 15 matérias do curso de Agronomia, cursadas em regime de disciplinas isoladas.

O rapaz estudou no Colégio de Aplicação da UFSC desde os oito anos, quando entrou por sorteio no ensino fundamental. A medida que mudava de série, seus pais, João e Rosane, orientavam os professores sobre os sistemas de comunicação alternativos de Evangelista. Ele usa movimentos de cabeça que indicam "sim" e "não" para responder às questões, e para escrever, soletra as palavras indicando com a cabeça as letras que quer usar enquanto seu acompanhante diz o alfabeto de A a Z.

Desde 2004, Thiago tenta continuar estudando. O vestibular, no entanto, não pôde ser plenamente adaptado às suas necessidades especiais. A prova foi ampliada para o formato A3, facilitando a leitura, e ele foi acompanhado por pessoas que o ajudaram a comunicar-se e a marcar o gabarito. Mesmo assim, ele não prestou o exame em condições de igualdade com os outros candidatos.

Sua principal necessidade é dividir a prova em mais dias e ser acompanhado por uma pessoa que domine seu sistema de comunicação e o conteúdo do vestibular. "Não adianta ser alguém que não saiba o nome de determinado símbolo ou fórmula matemática. Se a pessoa não dominar o conteúdo, não tem condições de viabilizar a comunicação dele", explica Rosane Evangelista, mãe de Thiago.

A universidade estabelece que todos os candidatos façam a prova nos mesmos dias, impedindo a adaptação de que o rapaz precisa. Evangelista teve seu tempo estendido no último exame, condição que, apesar de atender parcial-

mente aos pedidos encaminhados pela família à Comissão Permanente do Vestibular (Coperve), fez com que respondesse questões das 15h às 23h. Mesmo assim, ele não conseguiu escrever o mínimo de 20 linhas que a prova de redação exige de cada candidato, invalidando seu gabarito.

O pai de Thiago, João Evangelista, conta que o esforço exigido nas oito horas de prova foi muito exaustivo, mas que o rapaz quis ir até a hora limite. Júlio Szeremeta, presidente da Coperve, diz que não tem autonomia para modificar o sistema único de vestibular. "Nós temos que aplicar a prova que a UFSC determina, apenas executamos as políticas da universidade para admitir alunos de graduação", explica.

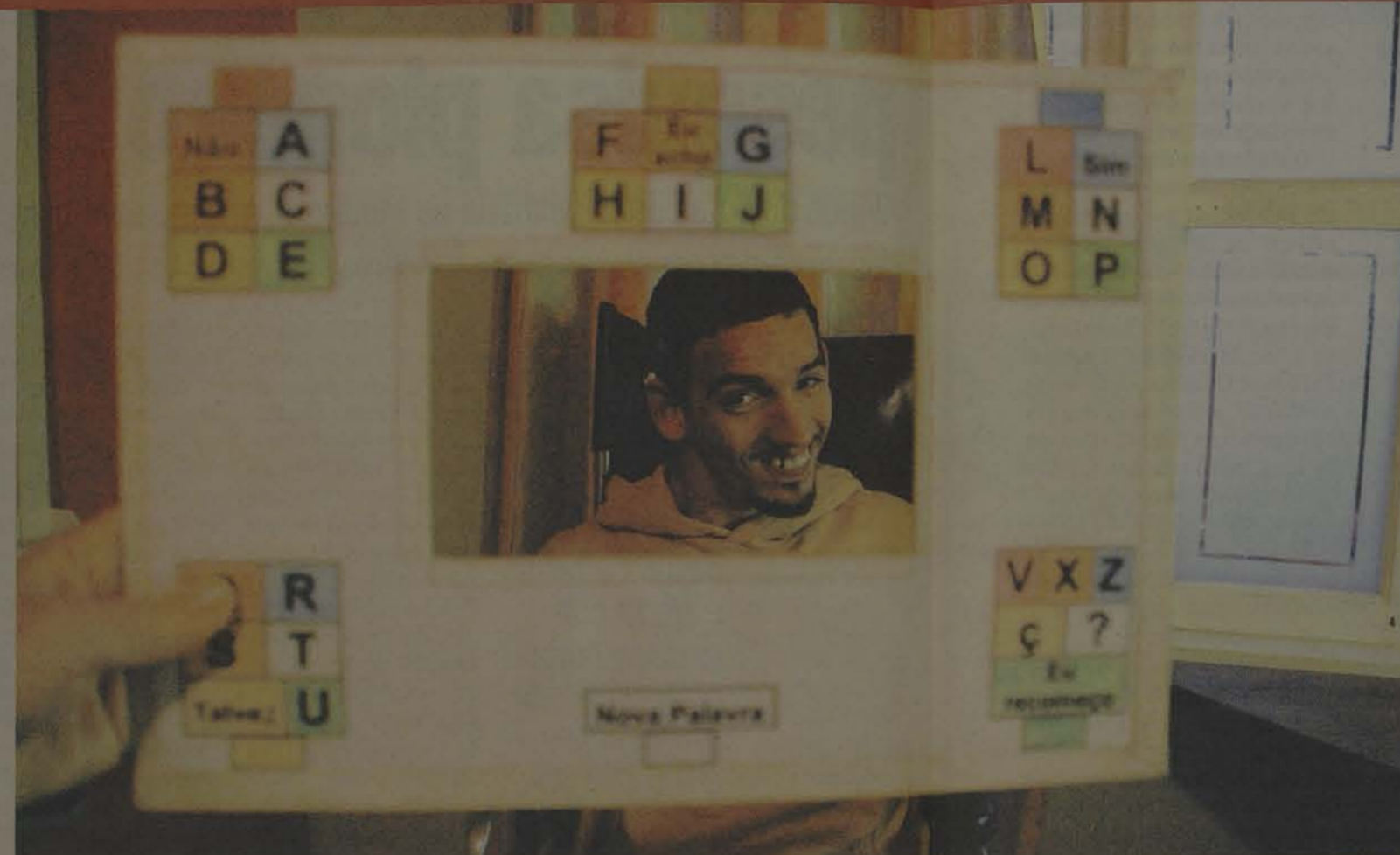
O reitor da UFSC, Álvaro Prata, que, até meados de junho, não conhecia o caso de Evangelista, afirma que "é preciso respeitar o conselho universitário e discutir amplamente o assunto, mas a universidade tem o dever e a intenção de dar condições a pessoas como Thiago. Nós já criamos as cotas, por que não viabilizar o acesso dele?".

O debate sobre o caso de Evangelista ainda está no início. Yara Rauh Muller, pró-reitora de Ensino e Graduação, considera que incluir portadores de necessidades especiais é bem mais complexo do que estabelecer cotas. "As necessidades dos cotistas podem ser mais facilmente mapeadas e sanadas pela universidade, já que, de maneira geral, eles compartilham dos mesmos códigos de comunicação que os outros alunos", explica. Ela também aponta outro aspecto do debate. "Pode ser que alunos como Thiago precisem de tempo extra em disciplinas do curso e nós temos que discutir e treinar professores para isso", afirma.

Este argumento não é unânime entre os docentes. "Fizemos mestrado, doutorado e viemos pra cá. Ninguém foi preparado para ensinar a alunos drogados, desinteressados ou superdotados. Por que não tentar com o Thiago?", questiona Wilson Schmidt, amigo da família e professor do Curso de Agronomia.

Maria Sílvia Cardoso Carneiro, integrante do grupo que coordena o projeto INCLUIR na UFSC (ver box), diz que "conhecer o Thiago faz com que as pessoas entrem em contato com suas impotências e se perguntem 'o que ele está fazendo aqui?', 'com que autonomia será um agrônomo?'. A questão é que ele tem o direito ao conhecimento, não importa o que fará com o que aprender".

A área da agronomia que Evangelista pretende pesquisar é a etologia, que estuda e registra o comportamento animal. Schmidt afirma que "esta área é baseada em observação e sensibilidade, e o Thiago me parece ter isso de sobra. Não podemos prever os recursos que terá para se comunicar daqui a dez anos, e isso não pode impedir que ele entre na universidade".



A placa, desenvolvida na Noruega, auxilia o rapaz a escrever. Com a ajuda de outra pessoa, ao olhar para os retângulos coloridos e para letras de mesma cor, ele dita as palavras que quer formar

Legislação

Comissão prevê 50% das vagas para cotistas

Um projeto de lei aprovado no último dia 1º de julho pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado garante 50% das vagas nas instituições públicas federais de educação superior, profissional e tecnológica para estudantes egressos de escolas públicas e portadores de necessidades especiais. O PLS 546 estabelece que "as pessoas com deficiência, independentemente do fato de terem cursado a educação básica em escolas públicas, terão acesso às vagas reservadas". O projeto, aprovado pela Comissão, ainda precisa passar pelo Senado, pela Câmara dos Deputados e ser sancionado pelo presidente.

As vagas reservadas serão preenchidas por autodeclarados negros e indígenas na mesma proporção da população do estado onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A legislação que trata da acessibilidade pode se referir tanto às condições dos prédios e equipamentos quanto aos mecanismos de ingresso. Sobre a acessibilidade física, há normas técnicas, como a NBR 9070/05, que estabelece dimensões de rampas e banheiros adaptados, por exemplo. O Ministério da Educação (MEC) também produziu documentos vinculando o reconhecimento de universidades à existência de condições de acessibilidade física, como a Portaria Nº 3.285, de 7 de novembro de 2003.

Para viabilizar o acesso às instituições, há o aviso circular número 277, produzido pelo ex-ministro da educação Paulo Renato, que orienta as instituições federais a facilitar o acesso de portadores de necessidades especiais ao ensino superior.

Estudante fez quinze disciplinas isoladas enquanto não se tornava aluno regular

A média geral de Thiago Evangelista nas matérias que cursou é de oito pontos. Em álgebra linear, conseguiu nota nove, e em uma das aulas foi o único aluno a identificar um erro de cálculo no quadro negro. Em cada disciplina o jovem era auxiliado por bolsistas cedidos pela universidade, para tomar notas e operacionalizar cálculos.

Thiago, durante a entrevista, depois de sinalizar que quer manifestar sua opinião, soletra que enquanto estudou no Centro de Ciências Agrárias (CCA), fez amigos e conseguia acompanhar as aulas com certa autonomia, sem precisar tanto do apoio dos pais. "Estava começando a ficar independente", expressa.

Quando foi reprovado no vestibular, Evangelista decidiu que estudaria agronomia até ingressar regularmente na UFSC. Mas o regime de disciplinas isoladas é limitado a 500 horas/aula por aluno. Depois de dois semestres, em 2005, o rapaz atingiu esta carga horária. Ao receber o pedido para matriculá-lo em mais disciplinas, o Departamento de Administração Escolar (DAE), em 2006, consultou o coordenador do curso, Paulo Lovato. Ponderando que a presença de um aluno especial no curso agregava valor à comunidade universitária e que Thiago estava sendo prejudicado pelo modelo de ingresso na universidade, Lovato fez um parecer favorável e o DAE deferiu o pedido. O processo se repetiu por mais três semestres, até que a professora Mônica Aparecida assumiu a coordenação do curso.

Quando o pedido de matrícula para 2008.1 chegou às suas mãos, Aparecida, diferentemente do professor Lovato, considerou que não cabia a ela opinar e encaminhou

o processo ao colegiado do curso. A maioria dos membros votou contra a matrícula de Thiago, sob o argumento de que ele já havia ultrapassado o limite, tendo cursado 936 horas/aula. O atual coordenador do curso, Darci Odílio Paul Trebien, não quis se pronunciar sobre a postura que terá caso Thiago peça matrícula para o semestre 2008.2.

Quando a universidade não tem uma regra clara sobre determinado caso, o colegiado pode resolvê-lo. Segundo o Artigo 134 do Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC, em vigor desde 1997, "os casos omissos e a interpretação dos dispositivos deste Regulamento serão resolvidos, em primeira instância, pelos Colegiados dos Cursos de Graduação" (Res. 017/Cun/97).

Wilson Schmidt, professor do CCA, explica que "o colegiado poderia ter se baseado neste artigo, continuando o debate, decidindo favoravelmente e levando o assunto às instâncias superiores já demonstrando que o curso queria o Thiago como aluno". A professora Aparecida diz que "o Thiago não é aluno da UFSC e não tem direito algum. Da parte da coordenação, tudo foi feito de maneira técnica".

A família, apoiada por documentos favoráveis à permanência de Thiago escritos pelo Centro Acadêmico de Agronomia e pela Agrojúnior, empresa dos alunos do curso, encaminhou um pedido de reconsideração ao colegiado. O processo foi enviado à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação, que ainda não analisou os documentos. Yara Rauh Muller, pró-reitora, alega que está esperando a poeira baixar para estudar o processo com mais clareza e não tem opinião formada sobre como proceder neste caso. (J.P.)

Implantação das cotas completa um semestre

Na fila para comprar passe do restaurante universitário, o estudante Beatriz Andrade começa a conversar com outro aluno que também aguardava. Durante o bate-papo, comenta que está cursando Farmácia. O rapaz então fala "mas você não tem o fenótipo de uma farmacêutica", e Andrade questiona, "Por que eu não sou loira?". A resposta foi sim.

Andrade afirma que não se sentiu ofendida e não costuma ligar para o preconceito. A universitária negra ingressou na UFSC pelo sistema de cotas para estudantes de escolas públicas. Técnica em enfermagem, 28 anos, mãe de uma menina de quatro anos, ela trabalha no Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário, contratada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu). Para fazer o vestibular se preparou frequentando as aulas do Cursinho Popular da UFSC.

Ao fazer uma avaliação do semestre, a estudante afirma que pôde acompanhar tranquilamente as aulas e que suas dificuldades são comuns aos demais estudantes. "O problema é que não tenho muito tempo para estudar". A universitária trabalha às terças, quartas, e sextas-feiras, além de finais de semana, para compensar as horas que está em aula. No momento, tenta uma bolsa na universidade para complementar seu orçamento.

Beatriz Andrade está entre os 652 autodeclarados negros — considerando-se a classificação do IBGE que determina "negro" o conjunto de pretos e pardos — classificados no vestibular, inscritos ou não pelo sistema de cotas. Além da reserva para negros, 20% das vagas eram destinadas a egressos de escolas públicas. Em 2008, foram aprovadas 1442 pessoas que estudaram todo o ensino médio em instituições públicas de ensino.

Cotistas

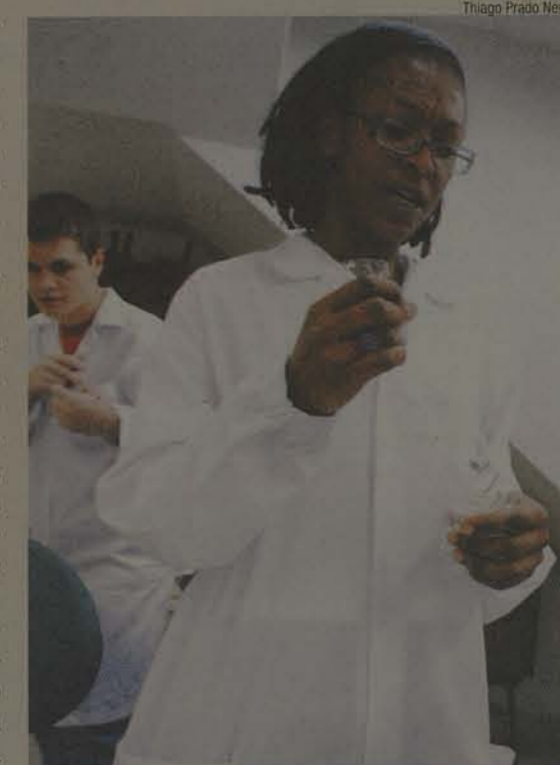
Quando o assunto são cotas sociais, um dos principais questionamentos é como a universidade vai auxiliar estes alunos que ingressaram e, potencialmente, são de baixa renda. O curso de Medicina, por exemplo, é um dos mais caros da universidade. "No início do semestre imaginei que alguém viria me procurar pedindo ajuda financeira", afirma a coordenadora da primeira fase do curso, Mariana



Programa INCLUIR

Universidade recebe R\$ 100 mil para investimentos em ações de inclusão

A UFSC aprovou no dia 30 de junho um projeto no edital INCLUIR, do Ministério da Educação (MEC). A Universidade receberá R\$ 100 mil para investir em obras de acessibilidade física e na compra de equipamentos para alunos portadores de necessidades especiais. Também será criado no Colégio de Aplicação da UFSC (CA) um laboratório de estudos de comunicação alternativa para alunos com ausência de fala — como autistas e paralisados cerebrais —, a ser coordenado por Rosane Evange-



No primeiro semestre a universidade recebeu 622 cotistas

Terenzi. "Os alunos até podem encontrar os livros na biblioteca, minha preocupação eram os xerox, mas ninguém me procurou", disse.

Para Pedro Muller, presidente do Centro Acadêmico da Medicina (Calimed), para as fases iniciais, quando as disciplinas são mais básicas, os livros da biblioteca ajudam, mas para as outras, há livros bastante defasados. Quem opta por comprar os exemplares, encontra um livro de anatomia, por exemplo, custando em média R\$ 200 e o valor pode chegar até R\$ 500.

Sobre os materiais xerocados, Muller calcula que por semestre se gasta entre R\$ 30 e R\$ 40. "Uma alternativa é baixar livros pela internet e os professores também nos enviam muitos textos por email". Além disso, muitos estudantes da Medicina ganham materiais de seus "padrinhos", pois cada aluno da segunda fase do curso "adota" um calouro.

Projetos

A Comissão de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas da UFSC possui projetos de au-

Apoio pedagógico

Aulas extraclasse auxiliam alunos da 1ª fase

Em junho, a universidade passou a oferecer aos alunos, cotistas ou não, aulas extraclasse de matemática, física, química e leitura e interpretação de texto. O apoio pedagógico é uma iniciativa da Comissão de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas e é coordenado pelo professor Otávio Augusto Pinheiro Auler Rodrigues.

De acordo com o professor, durante as duas primeiras semanas, em média, foram oito alunos às aulas de cada disciplina. Do total, 60% são estudantes que entraram pelas cotas, 30% estudaram

em escolas públicas, mas passaram no vestibular pela classificação geral, e 10% são de escolas particulares.

Para o próximo semestre, além de manter estas aulas, que são ministradas pelos professores do Cursinho Pré-Vestibular da UFSC, a Comissão sugeriu à administração da universidade mais um projeto. A ideia é que o apoio pedagógico seja ampliado com o estágio docente dos bolsistas de pós-graduação financiados pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Neste semestre, o número de bolsas oferecidas mediante comprovação de baixa renda foi aumentado em 150, passando de 400 para 550. Ainda assim, 200 alunos que solicitaram o auxílio estão numa lista de espera. "Há muito tempo a Comissão está sinalizando para estas demandas, mas nós somos uma comissão de assessoria, não de execução. A prática fica por conta da administração da UFSC, assim a implementação destas ações passa por questões políticas também", lembra Vânia Beatriz Monteiro da Silva, professora do Departamento de Metodologia de Ensino da UFSC e membro da Comissão.

Outra questão sobre o sistema de reserva de vagas refere-se à diminuição da nota mínima para ingresso na universidade. No curso de Medicina, constataram-se as maiores diferenças entre as notas da classificação geral comparadas às das ações afirmativas. A professora Terenzi afirma que não sentiu uma redução no desempenho da turma se comparado a outros anos.

"Fiz questão de não saber quem são os cotistas para não correr o risco de dar a eles um tratamento diferenciado e não percebi uma queda no nível dos alunos", garante. A coordenadora, que tem acesso a todas as notas dos calouros, citou o exemplo da disciplina de Histologia. Conforme Terenzi, esta é uma matéria que exige uma boa base do ensino médio e nenhum dos estudantes está abaixo da média.

Para demonstrar que por meio da avaliação não é possível apontar quem são os cotistas, completou dizendo: "se você me perguntar de quem são as notas mais baixas vou responder que não são os negros, e não sei realmente se são cotistas ou não". Para o próximo semestre, a expectativa da professora é diferente. "Imagine que no segundo semestre as dificuldades sejam maiores considerando que são os alunos que obtiveram menores notas no vestibular".

Mayara Rinaldi



Complicações no parto causaram a paralisia cerebral

Julie Philippe

A poucos cliques do crescimento

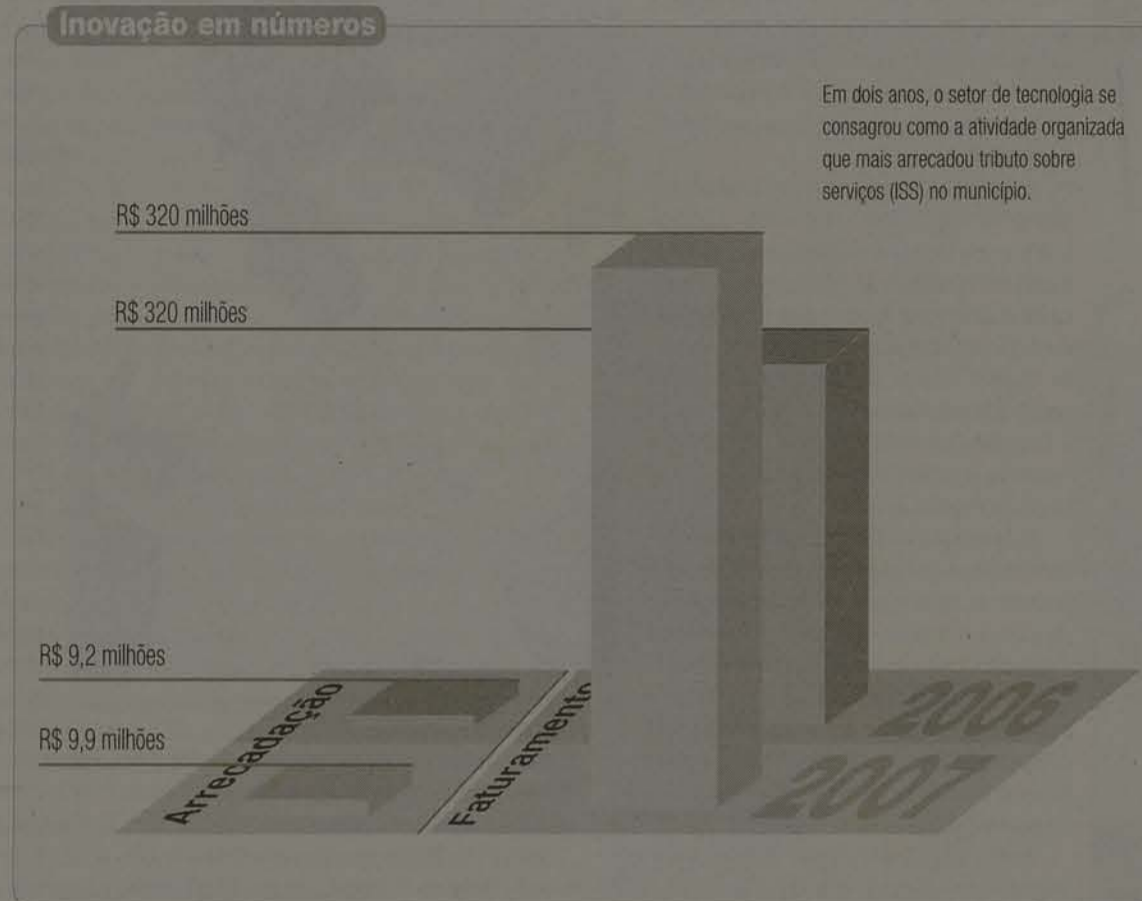
Setor de tecnologia tem segundo maior faturamento do mercado em Florianópolis, mas ainda busca incentivos

A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), conjunto de medidas para desenvolver a indústria nacional em vários setores, foi lançada em junho e apresenta o maior montante de investimento para área da inovação tecnológica do Brasil. A área de exportação de software, um dos principais focos do programa, deverá atingir a meta de R\$ 3,5 bilhões até 2010, com a previsão de criação de 100 mil empregos na área. A exportação de software brasileiros arrecada hoje R\$ 800 milhões por ano.

Também no mês passado, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) divulgou que pretende investir R\$ 1,3 bilhão até 2011 no desenvolvimento inovações. Chamado de "prime" (Primeira Empresa Inovadora), o programa deverá investir em aproximadamente cinco mil empresas aprovadas em edital da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e consideradas de grande potencial para a inovação.

Como parte das iniciativas locais para estimular a instalação de novas empresas na área da tecnologia em Florianópolis, em 2000 foi criada uma lei que estabelecia a diminuição dos impostos sobre serviço (ISS) para o setor. Até aquele ano, a alíquota era de 5%, passando para 2% e se tornando incentivo fiscal. A lei era válida até 2005, quando foi renovada, dessa vez sem prazo para expirar. Desde 2000, o setor vem crescendo em média 25% ao ano. Em 2007, o faturamento da área na cidade foi de R\$ 476 milhões, alcançando o segundo lugar no ranking dos setores que mais faturam.

Outras cidades do estado também têm destaque no setor. No complexo tecnológico de Santa Catarina, formado por Joinville, Florianópolis e Blumenau, o faturamento chega a R\$ 1 bilhão por ano, envolvendo mais de 1.500 empresas. Em Flori-



nópolis, a área de TI (tecnologia de informação) foi um dos responsáveis pelo aumento do PIB que, em 2002, ultrapassou Blumenau, ficando atrás apenas de Joinville, a região mais industrializada do estado.

Michael Cardoso, diretor de marketing da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate) em Florianópolis, acredita que o desenvolvimento econômico do segmento poderia ser ainda maior. "Apesar do crescimento nas estatísticas, a mortalidade das empresas ainda é grande", afirma. Para Cardoso, um dos maiores problemas em relação ao avanço do mercado é a falta de mentalidade administrativa das empresas. "A cultura do setor ainda é de acordo com o produto, não com o mercado. As idéias são boas, mas falta a gestão de marketing, o espírito empreendedor. Ainda falta saber atingir o mercado

consumidor efetivamente." Uma solução seria conciliar o meio acadêmico com o mercado profissional. "É preciso incentivar o desenvolvimento administrativo da área desde a faculdade."

O professor José Eduardo De Lucca, coordenador do Centro de Geração de Novos Empreendimentos em Software e Serviços (Geness) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem a mesma opinião. O Geness tem por objetivo incentivar e dar suporte ao desenvolvimento de softwares a partir das idéias dos universitários, e trabalha para que eles possam atender determinada demanda dentro do mercado. O projeto, que também atua como representante regional do Softex – entidade nacional que promove a inovação tecnológica no Brasil –, é caracterizado pelo termo "incubadora", o que

significa auxiliar na formação de novas empresas e na administração das já consolidadas. A cidade conta com mais quatro incubadoras que desenvolvem atividades semelhantes.

Apesar dos números indicarem o crescimento econômico, o professor De Lucca acredita que os incentivos ainda são poucos em relação ao potencial de inovação na cidade. "O discurso da classe política define o setor de tecnologia como prioridade do município, mas o estímulo ao setor é muito tímido. Sobram discursos, mas faltam ações, recursos e debate com o setor. Na prática as ações são inócuas", critica.

O catarinense Jaime de Paula, da empresa E-Biz Solutions, afirma que Florianópolis tem potencial para se tornar um dos principais expoentes na produção nacional e mundial de softwares. "Uma política pública de

incentivo para que grandes empresas (SAP, Microsoft, Oracle, Sun), venham a se instalar em Santa Catarina, mais precisamente em Florianópolis, pode fazer da cidade o principal pólo produtivo do Brasil", avalia.

Com a produção direcionada majoritariamente para o mercado interno, a E-Biz Solutions, que trabalha com softwares de inteligência artificial, tem 90% de suas vendas voltadas para clientes brasileiros. Entre eles, estão os governos de São Paulo e Santa Catarina; a Vale, de mineração; a Bombril; e os bancos Citibank e Santander. No ano de 2007, o faturamento chegou a R\$ 62 milhões. A E-Biz foi criada em 2002, na capital catarinense, e hoje atua também na cidade de São Paulo. "Apesar do foco no mercado interno, estamos trabalhando com parceiros nos Estados Unidos, União Européia e América Latina para aumentar as exportações", assinala.

Mais focada no mercado externo, a empresa Audaces, de Florianópolis, apareceu no começo do ano na lista da revista Exame sobre as 10 maiores inovações da última década. Criada em 1992, desenvolve softwares capazes de obter moldes de corte de tecido a partir de uma foto. Líder de mercado na América Latina, a Audaces exporta para mais de 30 países e tem um faturamento médio anual de R\$ 10 milhões.

Michel Grando, gerente de produtos da Audaces, acredita que com mais investimentos, as empresas brasileiras poderiam se destacar mais no mercado externo, e, assim, aumentar o montante das exportações. "A maior dificuldade para aumentar o rendimento é adequar o produto aos clientes mais exigentes, principalmente os de países desenvolvidos, conseguindo atrair a atenção de distribuidores para competir com empresas que têm mais de 30 anos de experiência", garante.

Camila Brandalise

Mercado de softwares livres aguarda aprovação de lei que garante recursos

Um projeto de lei que garante 20% dos recursos do Fundo Setorial para Tecnologia da Informação (CT-Info) para a produção de tecnologias abertas, os chamados softwares livres, foi lançado no início de 2008 e aguarda aprovação do Congresso. A proposta é de estimular empresas brasileiras a favor do desenvolvimento e produção de bens e serviços de informática e automação, com investimentos em atividades de pesquisas científicas e tecnológicas. O financiamento virá por meio

de empresas de tecnologia que recebem incentivos fiscais da Lei de Informática. Elas serão responsáveis por repassar, no mínimo, 0,5% de seu faturamento bruto para outras empresas que trabalham com softwares livres.

Em Santa Catarina, os softwares livres ganharam uma lei de incentivo em 2004. Estabelecia-se, para todo o estado de Santa Catarina, o uso preferencial de softwares pela administração direta, indireta e fundacional. A lei nº 12.866 explica: "entende-se por pro-

grama aberto aquele cuja licença de propriedade industrial ou intelectual não restrinja sua distribuição, cessão, utilização ou alteração de sua característica original".

Para o professor José Eduardo De Lucca, coordenador do projeto Geness que também desenvolve trabalhos na área de softwares livres, a lei é importante para desenvolver o mercado. "Se fosse colocada em prática, estimularia em muito o setor de serviços de software no estado", avalia. (C.B.)

Empreendedorismo

Suporte para novas idéias

O Geness, criado em 1998, é um laboratório da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que desenvolve projetos na área da inovação tecnológica. O grupo fornece suporte no sentido de orientar os universitários na formação efetiva de uma empresa a partir de uma idéia, atuando como incubadora. O programa visa incentivar o empreendedorismo desde a academia. Para o professor José Eduardo De Lucca, atual coordenador do projeto, é necessário que as novas empresas de softwares tenham mentalidade administrativa e de gerenciamento

de marketing. "O Geness atua a favor da formação empreendedora dos futuros profissionais da área", afirma. Mais de 150 estudantes e recém-graduados já fizeram parte do programa. De Lucca calcula que hoje no mercado existem nove empresas estabelecidas de forma sólida a partir do apoio da incubadora. Outro trabalho desenvolvido pela equipe relaciona-se com o desenvolvimento de softwares livres, participando de cinco programas de incentivo a esse setor, além do projeto Software Livre Santa Catarina (PSL-SC).

Cavalo Marinho inicia produção em 2011

O campo de petróleo, descoberto em 2001 na costa catarinense, pode render US\$ 14 milhões em *royalties* por mês

Uma reserva de 24 milhões de barris de petróleo pode render *royalties* a Santa Catarina a partir do segundo semestre de 2011. São essas as estimativas das três empresas concessionárias para o campo de Cavalo Marinho, localizado a 180 km da costa catarinense. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) prevê, ainda em 2008, a perfuração de mais poços exploratórios nas proximidades da área. Com isso, segundo o gerente do Ativo de Produção da Petrobras para a Unidade de Negócios da Bacia de Santos, Luiz Carlos Mendes, o campo pode ter seu potencial ampliado, chegando a uma produção diária de até 40 mil barris de óleo leve de excelente qualidade.

AANP já declarou a comercialidade das reservas de Cavalo Marinho. Ou seja, a quantidade e a qualidade do petróleo encontrado justifica o investimento na exploração. A existência de petróleo foi oficializada pela Gaffney Cline Associate - empresa certificadora contratada pelos detentores da concessão do campo - por meio de três critérios: provável, provada e possível. As de Cavalo Marinho foram classificadas como provadas e prováveis, no entanto, um plano de desenvolvimento para exploração de petróleo neste campo ainda está sendo analisado pela ANP e aguarda aprovação.

Tendo em vista a redução de custos e em virtude da produção de pequeno porte da reserva, o plano apresentado à ANP pelos concessionários também integra o campo de Caravela, localizado 30 km ao norte de Cavalo Marinho. Os dois dividirão um duto para conduzir a produção até a costa e uma plataforma, caso o plano integrado seja aprovado.

O consórcio explorador de Cavalo Marinho conta ainda com a possível integração do campo de Estrela do Mar ao plano. O objetivo dessa junção é tornar economicamente viável a exploração de todas essas áreas com produções pequenas, como explica Caio Carvalhal, gerente de relações com investidores da Norse Energy. A empresa possui 50% da concessão de Cavalo Marinho, juntamente com a Petrobras, que é a operadora, com 35%, e a Brasoil, subsidiária da Petrobras, detentora de 15%.

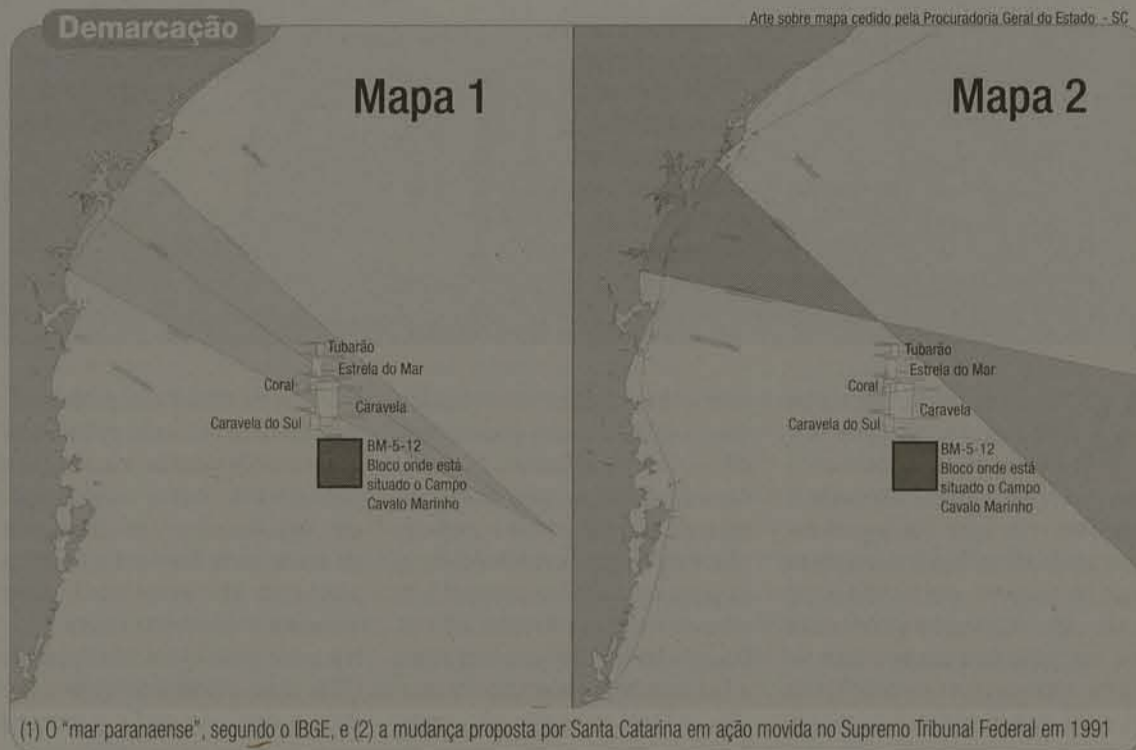
SC versus PR

"A descoberta de novos poços reacende a discussão", afirma o Procurador de Santa Catarina, Gian Marco Nercolini, referindo-se à ação movida pelo governo catarinense no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o IBGE, em 1991.

A ação, que ainda não foi julgada, discute os critérios utilizados pelo Instituto na demarcação dos territórios marítimos. Para delimitar estas divisas, traçam-se linhas imaginárias partindo das fronteiras dos estados a fim de formar um triângulo. Os limites marítimos de determinado estado são a área desse triângulo. Como o litoral do Paraná é côncavo e o vértice do triângulo não chega a atingir 200 milhas marítimas, o IBGE adotou um critério exclusivo para este estado (ver mapa 1).

Nercolini explica que a solução encontrada "carece de respaldo legal". O procurador afirma que o próprio IBGE reconhece a ilegalidade. "Nós exploramos isso no processo."

Enquanto a ação não é julgada, o Paraná recebe os *royalties* referentes aos campos de petróleo dentro



(1) O "mar paranaense", segundo o IBGE, e (2) a mudança proposta por Santa Catarina em ação movida no Supremo Tribunal Federal em 1991

do triângulo mostrados no mapa 1 acima. O campo de Coral, por exemplo, (ver mapas) foi declarado território paranaense quando iniciou a produção em 2003. A produção em Coral encerra-se ainda neste ano e já rendeu aproximadamente R\$ 54 milhões em *royalties* para o estado do Paraná.

Ensaaiou-se um acordo político entre os dois estados, mas nenhuma atitude foi tomada em relação a isso. O governo não está lutando pelo território em nenhuma outra frente a não ser a jurídica, mas Nercolini acredita que a ação é suficiente. "Uma vez que os poços são declarados de Santa Catarina, acabou [a disputa]. Essa é a discussão principal que aborta todas as outras", explica.

Beatriz Ferrari

Reservas geram outros benefícios além da compensação financeira

Os *royalties* incidem sobre a produção mensal de exploração. O valor a ser pago pelos concessionários é obtido multiplicando-se três fatores: alíquota dos *royalties* do campo produtor, que pode variar de 5% a 10%; a produção mensal de petróleo e gás natural produzidos pelo campo; e o preço de referência destes hidrocarbonetos no mês.

O ex-superintendente de participações governamentais da ANP, Rafael Schechtman, estima que se a produção prevista do campo de Cavalo Marinho hoje, de 40 mil barris por dia, for multiplicada pelos preços do barril de petróleo leve, supondo-os US\$ 120 por barril, e por uma alíquota de 10%, a produção renderia US\$ 14 milhões em *royalties* por mês.

No entanto, essa quantia não é inteiramente destinada ao estado produtor. Uma parte é repassada aos municípios confrontantes, contíguos à área marítima delimitada pelas linhas de projeção; aos fronteiriços; e aos de apoio, com, no mínimo, três instalações que ajudem na produção. O Fundo Especial, destinado a todas as prefeituras da união, assim como o Comando da Marinha recebem 1% da compensação financeira.

Além de *royalties*, um campo de petróleo pode trazer outras vantagens. Schechtman avalia que a exploração atrai indústrias, pesquisadores e prestadoras de serviços, movimentando economicamente a região. Um revés possível seria um incidente ambiental. (B. F.)

Lucros

Cálculo de *royalties*

Os *royalties* incidem sobre a produção mensal do campo produtor. O valor a ser pago pelos concessionários é obtido multiplicando-se três fatores:

1. alíquota dos *royalties* do campo produtor, que pode variar de 5% a 10%;
2. a produção mensal de petróleo e gás natural produzidos pelo campo;
3. o preço de referência destes hidrocarbonetos no mês, como determinam os artigos 7º e 8º do Decreto nº 2.705/98, que regulamentou a Lei nº 9.478/97, conhecida como a Lei do Petróleo.

Os cálculos são feitos da seguinte forma: para os *royalties*, multiplica-se alíquota por valor da produção. O valor da produção é obtido através da equação:

$$V \text{ petróleo} \times P \text{ petróleo} + V \text{ gn} \times P \text{ gn}$$

Os *royalties* são iguais ao valor decorrente da produção do campo no mês de apuração, em reais. A alíquota é o percentual previsto no contrato de concessão do campo. *V petróleo* significa volume da produção de petróleo do campo no mês de apuração, em m³; *P petróleo*, o preço de referência do petróleo produzido no campo no mês de apuração, em reais/m³; e *P gn*, o preço de referência do gás natural produzido no campo no mês de apuração, em R\$/m³.

Além dos *royalties*, os concessionários estão sujeitos ao pagamento de Participação Especial, compensação financeira extraordinária estabelecida pela Lei do Petróleo para campos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, e ao pagamento pela ocupação ou retenção de área.

Fonte: ANP

O passo-a-passo da exploração



ZERO

A Amazônia é nossa (os filmes, nem tanto)

Obras estrangeiras predominam em 10ª edição de mostra internacional de cinema ambiental em Goiás



Na cidade encravada no meio da Serra Dourada, cinéfilos dividem atenções entre cinema e arte local

Fotos: Thiago Prado Neris

Walmir de Jesus e sua equipe de fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis resolvem criar uma cilada para flagrar madeireiros ilegais na região do Vale do Guaporé, em Rondônia. Na noite anterior, a madeira apreendida em um pátio fora transportada secretamente para um esconderijo na Floresta Amazônica. Os homens fingem comemorar o fim dos trabalhos daquele dia em um bar e bebem até o crepúsculo. Na escuridão, disparam em caminhonetes até outro depósito interdito e abordam um homem que retira as tábuas com um trator para escondê-las na mata. Com as multas e confiscos, toda uma cidade – dos trabalhadores das serrarias ao prefeito, dono de uma delas – passa a hostilizar os funcionários do governo. Exército, ameaças e tentativas de assassinato. Estas e outras cenas de igual tensão de *Batida na Floresta*, de Adrian Cowel para a BBC de Londres, levaram o júri oficial a premiar o documentário como melhor média-metragem no 10º Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, o Fica.

O olhar estrangeiro sobre a questão ambiental no país reverberou entre o público e fez parte de algo que predominou no município de Goiás entre 10 e 15 de junho: nesta última edição, foram inscritos 446 filmes de mais de 40 países. Apenas 208 das obras selecionadas para a mostra competitiva foram feitas por brasileiros. Entre as 238 internacionais, o país com maior participação foi a Alemanha. Na cidade de 24 mil habitantes fundada em 1727, cineastas franceses, noruegueses

e de outros cantos do mundo caminham sobre as pedras tortuosas colocadas nas ruas por escravos. A maioria concorre a troféus com nomes de personalidades goianas e a prêmios em dinheiro. Entre nove categorias, a maior premiação foi de R\$ 50 mil para a melhor produção do festival, *Jaglavak, o príncipe dos insetos*, de

Jerôme Raynaudum, documentário francês sobre a simbiose entre uma tribo e insetos africanos. Os moradores do município, já acostumados, encaram tranqüilamente a mudança na rotina. Garçons e clientes de bares da praça do coreto tentam equilibrar mesas e cadeiras colocadas na rua. Desavisadas em salto-alto praguejam a cada tombo. Comerciantes e artesãos faturam como nunca. Sorvetes de frutas do cerrado, como cajá-manga e cajazinho, combatem o ca-



Riqueza artística: contraste com o simples



Turistas encontram a tradição das serenatas na noite dos namorados

lhor e o ar seco que desidratam sem avisar turistas e os neo-hippies que levantam acampamentos e estendem seus panos com mercadorias no centro histórico, ao lado da Catedral de Sant'Ana, padroeira da cidade.

O Fica ocorre desde 1999 em um estado agropastoril onde se pretende ter cerca de 50 usinas de biocom-

bustíveis até 2010 e que perde aproximadamente 22 mil quilômetros quadrados de cerrado por ano para plantações de soja e cana-de-açúcar. Além das obras que apresentam na maior parte das vezes a temática ambiental, há oficinas relacionadas a cinema e debates. O evento é patrocinado pelo Governo do Estado de Goiás desde a primeira edição e, em 2008, o mesmo estado foi quem mais enviou filmes: 48 no total. Houve inclusive duas categorias exclusivas para produções goianas, cujos vencedores arremataram R\$ 40 mil cada.

Desconhecimento e contrastes

Quem nunca foi à antiga capital do estado homônimo, não sabe exatamente o que esperar. Flávia Cesarino Costa, ministrante da oficina Origens da Linguagem Cinematográfica, é uma dessas pessoas. “Não sabia o que ia encontrar. Nunca tinha vindo. Achei que ninguém ia se matricular na minha oficina. Porque as pessoas iam se interessar por isso?”, ri. Pós-doutora em Cinema, Rádio e TV pela Universidade de São Paulo, Costa encontrou um público heterogêneo. Entre seus alunos, há estudantes universitários de Goiânia e assentados

do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da área agrícola da cidade. “Eu nunca tinha visto nenhum desses filmes antigos que a professora passou. Achei legal. Estou pensando até em cursar cinema”, encanta-se Mônica Souza, estudante de Ensino Médio e moradora do assentamento. “Nunca tinha vindo antes porque não tinha transporte”. A dificuldade de locomoção descrita por Mônica contrasta com a situação dos vários estrangeiros e jornalistas hospedados na cidade, muitos a convite da organização.

De outros contrastes é feito o encontro. A arquitetura barroca choca-se com a variedade de línguas, sotaques e estilos de pessoas que vêm ver ou mostrar cinema. Entre eles, veteranos como Cacá Diegues, homenageado do ano pelo conjunto



O diretor Antoine Boutet debate com outros cineastas o premiado *Zona de Diluição Inicial*

de suas 18 obras, e estreantes como Antoine Boutet, cujo filme mostra cenas de câmera fixa da região prestes a ser inundada para a construção de hidrelétricas na China. Intercaladas por frases curtas e sem nenhum diálogo ou narração, impressionam público e crítica. “Por que você escolheu essa linguagem?”, indagam durante um debate com alguns diretores. “Porque não sei fazer documentários”, confessa o francês categoricamente. Sua intuição em *Zona de Diluição Inicial*, rendeu-lhe o troféu de melhor curta-metragem e mais R\$ 25 mil.

Entre o grande cinema improvisado em um colégio e o cine-teatro na outra margem do Vermelho – rio que cruza a cidade – passa-se todo tempo pela história do Brasil. Goiás Velho, como quem é de fora conhece

a cidade é, desde 2001, Patrimônio Histórico e Cultural Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Unesco. Quando alguém estranha um evento cultural dessa dimensão acontecer em uma cidade pequena como Goiás, descobre pelas ruas do município que não é difícil achar quem também crie poesias, pinte ou esteje a escrever um romance. “Isso aqui inspira muito”, explica Goiandira do Couto, 94 anos, cabelos pintados, roupas impecáveis, vitalidade inabalável e cujos quadros estão expostos em vários países – que ela lista de cor rapidamente – inclusive na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Larissa Linder
Thiago Prado Neris



Thiago Prado Niers

Artistas como Goiandira do Couto enriquecem vida cultural da cidade

A mãe, Maria Ayres do Couto, era artista plástica. O pai, Luís de Oliveira Couto, jornalista e poeta, corrigiu os primeiros textos da prima Cora Coralina. Mais velha de 12 irmãos, sem nunca ter tido filhos ou marido, mora na mesma casa desde os seis anos de idade, mas dificilmente sai às ruas de paralelepípedos traiçoeiros da antiga capital do estado. Costuma receber qualquer pessoa na residência colonial, de amplos e arrumados cômodos, mas mora só. Goiandira Ayres do Couto é tida como patrimônio vivo da cidade homônima do estado de Goiás.

A artista de 94 anos aprendeu sozinha ainda criança a pintar. Tornou-se conhecida quando deixou a pintura a óleo e passou a usar areias, produzidas a partir de pedras moídas da Serra Dourada. "Uma voz me disse para pintar com areia", conta. Durante muitos anos ia a um ponto da serra, selecionava pedras de diferentes cores e fazia as areias. "Hoje não preciso mais, tenho o suficiente".

Enquanto conversa com quem a visita, em casa ou em sua galeria, lista todos seus méritos. "Falo francês, já dei aula de história, de etiqueta. Fundei uma escola para os soldados da cidade, onde lecionei voluntariamente.

Conheci o Japão, a Europa, o Pablo Neruda. Fernando Henrique veio me visitar aqui na minha casa". Tudo é comprovado por fotos e quadros de homenagem, pendurados nas paredes da galeria, ao lado de suas obras que retratam a cidade de Goiás. Para entrevistá-la, precisamos esperar uma equipe de TV encerrar uma matéria. "Sempre que tem festival fica assim", explica o museólogo que trabalha na galeria. "Ela já deu muita entrevista. Tem mais de cem horas de gravações". Chegam mais admiradores: três mulheres e duas crianças. Pára-se para fotos e mais citações de seus méritos.

Quando a agitação termina, Goiandira nos conduz a sua casa. Alguns poucos visitantes vão até lá: "Antes recebia todos aqui, mas aí começaram a deitar na minha cama, a entrar na minha cozinha, não gostei disso e construí a galeria". Para se chegar à residência, passa-se por uma sala pequena, com obras literárias do tempo de seu pai. Em prateleiras separadas, revistas e livros em que ela figura, como a *National Geographic* e um livro de arte francês. Quase todos exibem fotos dela com sua mesa de areias. Quem tiver sorte e for convidado para conhecer o ateliê, poderá

admirar pessoalmente as mais de 500 tonalidades obtidas sem qualquer corante artificial. Lá, numa das pontas, um quadro incompleto está cenograficamente colocado. "A senhora está trabalhando neste aqui agora?", perguntamos. "Imagina, isso está aí há uns cinco anos", diz sem cerimônias, enquanto abre uma caixa branca de papel com laço dourado. Tira uma guloseima feita com doce de leite. Oferece, faz propaganda da doceira e nos conduz pelo restante da casa, vez por outra segurando em nossos braços. Goiandira lembra-se de um tombo recente que comprometeu suas atividades. "Não precisa me segurar, eu é que seguro para não cair", avisa. Nas paredes verdes, quadros que ganhou de presente e fotos da família. No quarto onde dorme, bem menor que os outros – apenas uma cama e um armário antigo – guarda uma pilha de recortes de jornais onde aparece. Sobre a cama, uma colcha de crochê vermelha e edições recentes de periódicos. "Leio muito, todos os dias". Com passos rápidos, nos leva à saída, agradece e despede-se enquanto recebe uma amiga com um espanhol para conhecê-la. "Entre, entre", diz mais uma vez naquele dia. (L.L.)

Cidade de areia: a técnica singular da goiana é reconhecida no mundo inteiro

Movimento cineclubista no Brasil completa oitenta anos de projeção

A história de um músico causou controvérsias no mundo do cinema no final da década de 20. *O cantor de jazz*, primeiro filme falado, levantava a discussão sobre a resistência do cinema mudo frente à novidade dos filmes com som. No Brasil, um cineclubista do Rio de Janeiro debatia o mesmo assunto. Criado em junho de 1928, o Chaplin Club marca o início da atividade cineclubista no país. Embora tenha durado só dois anos, foi o primeiro dos muitos cineclubes criados nas últimas oito décadas. Os cineclubes se fixariam em Santa Catarina somente 40 anos depois, com a exibição de *A besta humana*, de Jean Renoir, no Cineclub da Engenharia, na capital do estado. Hoje, os cinéfilos de Florianópolis podem escolher entre oito clubes de cinema.

Os cineclubes nasceram com o propósito de discutir e refletir sobre a sétima arte, além de exibir filmes alternativos que não têm espaço nas salas dos cinemas comerciais. Foi nesses moldes que Gilberto Gerlach, ex-estudante de engenharia civil da Universidade Federal de Santa Catarina, fundou o Cineclub da Engenharia. "Bolei uma tela e fiz uma



Gerlach: pioneiro do cineclubismo ilhéu

apresentação falando sobre o filme de Renoir", relembra. Nesses 40 anos, o cineclubista mudou de nome e trocou de casa algumas vezes. Hoje, chama-se Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro e funciona no Centro Integrado de Cultura, o CIC.

Se no passado era difícil manter sessões em função do alto custo dos projetores e do espaço ocupado pelas máquinas, hoje as novas tecnologias facilitam a proliferação de cineclubes. "O DVD é um ótimo formato para enviar e trocar filmes, e o projetor de vídeo está mais barato e menor", avalia o fundador do Sopão de Filmes, Alan Langdon. Já

Adriana Fernandes, membro do Plástico Clube, tem outras hipóteses para a crescente atividade na capital: "a insatisfação com a política dos cinemas locais, o surgimento de dois cursos de cinema e vídeo, e o aumento da produção cinematográfica", lista.

Em 2007, a Agência Nacional do Cinema publicou uma Instrução Normativa (IN) estabelecendo regras para o funcionamento dos cineclubes no país. Apesar de definir o caráter de atuação – não comercial e sem fins lucrativos – a IN não obriga o registro dos cineclubes. A falta de políticas de incentivo e a regulamentação deficiente fazem com que o cineclubismo, mesmo completando 80 anos, ainda engatinhe como atividade cultural no Brasil. "Acho que hoje não existe um movimento cineclubista. Somos resultado da política cultural falha, mas a questão não é só política, é também afetiva. Todo mundo que gosta de cinema quer fazer, trocar, discutir, compartilhar", analisa Fernandes. Conheça mais sobre os cineclubes de Florianópolis no blog do ZERO: www.zero.ufsc.br.

Eduardo Wolff

NÃO TERÁS PROFISSÃO ALGUMA!

Jornalista.

Querem acabar com a sua regulamentação. Você vai deixar?

O Supremo Tribunal Federal está prestes a julgar o Recurso Extraordinário (RE) 511961 que desregulamenta a profissão de jornalista, com a retirada de um dos pilares da legislação profissional: a obrigatoriedade do diploma em Curso Superior de Jornalismo para que atividade seja exercida.

O que isso vai significar?

O fim da profissão regulamentada de jornalista.

O agravamento da precarização das relações de trabalho tanto nos veículos de comunicação como nas assessorias de imprensa públicas e privadas. O retrocesso a um tempo obscuro em que não existia democracia no acesso à profissão. Ingressava qualquer pessoa, mesmo sem condições técnicas, teóricas e éticas para o exercício do jornalismo.

Quem perde?

Perde você, jornalista. Perde a sociedade.

Desde o início do século passado, os jornalistas brasileiros, com o apoio da sociedade, lutam pela formação específica. Ela é um dos instrumentos para a construção e defesa de um jornalismo independente, responsável, democrático, efetivamente voltado a atender ao interesse público.

Faça por você, faça pelo Jornalismo Brasileiro!

Campanha em defesa da obrigatoriedade do diploma.

FENAJ

Poliglota aprende duas línguas ao ano

O gaúcho Carlos Freire é capaz de traduzir textos em 60 idiomas e pode entrar para o Livro dos Recordes

Na casa de Carlos Amaral Freire há um pedacinho de cada cultura que ele estudou. Os muros altos cercam um universo particular de lembranças, mas não limitam a sua vontade insaciável de aprender. Aos 76 anos, ele tem um novo desafio: uma língua originária do norte da África, o tamachek. Sua residência no Morro das Pedras, em Florianópolis, carrega nas estantes cheias de livros, dicionários e souvenirs, os passos do poliglota brasileiro. Gaúcho de Dom Pedrito, cidade fronteiriça com o Uruguai, conversa em mais de 120 línguas, e diz que fala fluentemente 30. É menos que o libanês Ziad Youssef Fazah, fluente em 58 idiomas e considerado o maior poliglota vivo do mundo, mas a cada ano, o brasileiro eleito pela Universidade de Cambridge como um dos 2 mil maiores intelectuais do século 20 estuda dois novos idiomas, e lê bastante para não esquecer os outros.

O interesse por línguas estrangeiras começou na cidade natal, onde já falava espanhol devido à proximidade com o Uruguai. Na escola era obrigatório estudar latim, francês, espanhol e inglês. "Quando comecei a ler, queria entender os livros dos autores que eu gostava na língua verdadeira. Não queria ler traduções!". Freire não começou a estudar idiomas pensando em ser lingüista. "Não sabia que profissão seguir. Na hora do vestibular cogitei fazer Direito." Acabou cursando Letras Germânicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Letras Latinas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).



Eduardo Wolff

O intelectual de 76 anos estuda hoje o tamachek, um dialeto originário do norte da África

Freire aprendeu russo e chinês, mas o conhecimento dessas línguas em tempos de ditadura militar acabou trazendo problemas. Na época, ele trabalhava como intérprete da Petrobras, e foi considerado subversivo. "Pediram para eu cumprimentar alguns chineses e russos que nos visitaram. Como sabia falar as duas línguas, perdi o emprego. Naquele período, estudar chinês ou russo dava cadeia", lembra. Após ser despedido, o lingüista recebeu duas propostas de universidades do exterior para continuar seus estudos em línguas. Escolheu a Escola Diplomática de Madri. "Poderia ter ido para a In-

glaterra, mas fui para a Espanha porque me ofereceram a oportunidade de fazer uma especialização em Relações Internacionais", explica.

Foi assim que conheceu o mundo, recebendo bolsas de estudo para fazer cursos e dar aulas de português em universidades de vários países. Freire voltou ao Brasil a convite do governo brasileiro, e assumiu a função de Adido Cultural do Itamaraty. "Trabalhei para eles por 19 anos, e tive a chance de morar na Bolívia e na Itália." A esposa, arqueóloga, sempre o acompanhou nas mudanças. Os três filhos do casal nasceram durante o período em que eles moraram na Itália.

Mapa-múndi

A memória de Freire oscila, pois ao mesmo tempo em que entende perfeitamente 14 alfabetos diferentes, falha ao lembrar-se dos lugares que conheceu no mundo. "Na verdade, é mais fácil dizer os locais onde eu não fui. Na Europa, só não visitei a Islândia e a Albânia. Nas Américas, não fui ao Equador." Quando o conflito separatista da ex-Iugoslávia foi deflagrado, em 1999, a família morava em Belgrado. "Lá assisti de camarote a guerra. Digo isso porque da minha janela enxergava a cidade sendo bombardeada pelos Estados Unidos, pegando fogo", lembra. Cansados do conflito, decidiram voltar ao Brasil.

Em 2004, o professor aposentado lançou o livro *Babel de Poemas*, com 60 poesias escritas em 60 línguas diferentes. A obra traz a poesia original e a tradução de Freire em português. Para escrever a obra, publicada pela editora L&PM, o poliglota visitou grande parte dos lugares onde os 60 idiomas e 12 alfabetos diferentes são falados. Hoje, o gaúcho se dedica a escrever um novo livro, chamado *Babel de Contos*. "Já possuo 20 contos traduzidos em línguas diferentes, o problema é achar uma editora."

Traduzir textos em idiomas diferentes é a especialidade do lingüista, que pode entrar para o Livro dos Recordes por ter traduzido o maior número de textos estrangeiros para uma língua. "Eu tenho que me inscrever, ainda não fiz isso. Mas está nos meus planos", diz.

O intelectual conta que a filha se encantou por Florianópolis e decidiu que a ilha seria a residência fixa dos pais. Já faz cinco anos que o lingüista mora na capital, mas mesmo assim

não deixa de viajar pelo mundo, porque para ele, "aprender uma língua é conhecer a cultura de um povo." Em três meses, Freire e a esposa viajarão à Itália — para visitar uma das filhas — e para o norte da África, onde o poliglota pretende treinar os seus conhecimentos do tamachek. Para o gaúcho, não há um lugar perfeito para residir. "Prefiro morar um pouco em cada lugar, conhecer um pouco de tudo. Não é pela facilidade em me comunicar, se eu não tivesse isso não seria problema algum, eu adoro desafios. Saber o exótico, o diferente", completa.

Fernanda Friedrich

Aprendendo

Dicas do lingüista

Freire não acredita em nenhuma fórmula mágica para aprender novas línguas. Ele recomenda estudar a base do idioma e conversar com nativos. Se você precisa de uma mãozinha, o lingüista indica a forma mais lógica de aprendizado de alguns idiomas.

Para quem fala, a ordem de aprendizado é:

- Português: espanhol, italiano, francês
- Inglês: alemão, holandês
- Sueco: dinamarquês, norueguês
- Russo: tcheco, polonês, servo-croata

Para quem quiser aprender todo o grupo acima, o poliglota aconselha um estudo mais profundo de latim e grego. "É uma ajuda para entender a lógica da formação das palavras. Assim fica mais difícil confundir a pronúncia e a escrita", garante.

Cristãos misturam fé e surfe em Florianópolis

Surfistas de Cristo inauguram na Lagoa da Conceição a *Surf House*, nova sede da Missão na capital

"Atenção: você está entrando na zona de impacto." O aviso não está numa placa, mas sim, no canto da capa de uma Bíblia. Quase imperceptível, a frase poderia até parecer incoerente, se não fosse a relação das palavras com a grande imagem que ilustra a primeira página do livro sagrado: o mar. A Bíblia do Surfista, uma versão descolada do Novo Testamento, é o guia de um grupo que busca unir a paixão pelas ondas e a crença no cristianismo. Através da Bíblia, a Missão Surfistas de Cristo (MSC) de Florianópolis convida o surfista a ter um relacionamento com Deus, e compara a falta de intimidade com Ele a "ter uma prancha irada e nunca pegar onda com ela." O livro traz depoimentos de profissionais do surfe sobre o encontro com o Criador. Criada na década de 70, a MSC é uma afiliada da *Christian*

Surfers International (CSI). A Missão não é uma igreja, mas uma comunidade de cerca de 30 pessoas entre 15 e 40 anos, praticantes de surfe que se reúnem todos os sábados para orar, cantar e falar de Jesus em um local chamado *Surf House*. Após seis meses sem encontros, as reuniões foram retomadas quando o líder da organização de Florianópolis, Luiz Guilherme Stadler, encontrou uma casa na Lagoa da Conceição. A nova sede foi inaugurada em junho com uma festa para os participantes. Hoje, acolhe quatro membros, entre eles dois atletas do surfe, além de oferecer



O objetivo da Bíblia do Surfista é construir uma ponte entre praia e Igreja

abrigo para surfistas que vêm à capital participar de competições. A hospedagem, o aluguel da casa e as outras despesas são pagos com doações de

membros e amigos. A MSC serve a comunidade através do Aranha Surf Club, um projeto que ensina crianças carentes a surfar, jogar futebol e preservar o meio-ambiente. Stadler conta que participantes da Missão atuam como missionários em várias partes do mundo, fazendo trabalhos voluntários em asilos e hospitais e ajudando na distribuição de alimentos e

remédios para os necessitados.

A MSC de Florianópolis originou-se de um grupo cristão chamado Surfar com Jesus, e só em 2004 ganhou o nome

Reprodução

atual, ao filiar-se à CSI, o órgão internacional que reúne os Surfistas de Cristo de todo o mundo. No Brasil já existiam movimentos similares, como o Atletas de Cristo, que procurava evangelizar os surfistas, e existe até hoje, abrangendo várias outras modalidades esportivas.

Rubens Carlos "Bita" Pereira, vice-prefeito de Florianópolis e pastor da igreja evangélica Livre em Jesus, foi um dos divulgadores do Atletas de Cristo. Ele organizava reuniões com os esportistas na década de 80 para transmitir o que aprendeu sozinho lendo a Bíblia. Hoje, existem em Florianópolis outros grupos de atletas cristãos, mas somente a MSC e o Atletas de Cristo são movimentos evangelizadores ligados a órgãos nacionais e internacionais.

Elaine Almeida

Baralho rende amigos e dólares

Em crescimento no país, o pôquer movimentava mesas e encontros virtuais, enchendo a conta de competidores

João Gustavo Munhoz

O clima era de comemoração na Associação de Carteados Entre Amigos de Floripa (ACA), dia 30 de junho. Quando soube o motivo da visita do repórter do ZERO ao local, Julian Karasinski, o Schummi, um dos fundadores da ACA, soltou um animador "veio no dia certo!". Algumas horas antes, o brasileiro Hugo Adametes, que passa férias em Florianópolis, no apartamento da namorada, demonstrava o mesmo entusiasmo. "Cara, você não sabe a notícia que eu acabei de ler: o Alexandre Gomes venceu um Evento do WSOP! Você tem noção do que é isso?"

O site do canal esportivo ESPN Brasil classifica a vitória como um feito espetacular. Gomes entra para a história do pôquer do país como o primeiro brasileiro a conquistar o título de um torneio da maior série mundial do esporte, a *World Series Of Poker* (WSOP). Na noite do dia 29, em Las Vegas, o curitibano superou 2.317 jogadores e faturou o prêmio de US\$ 770,54 mil, além do bracelete de ouro da competição - troféu dos campeonatos de pôquer.

Adametes parabenizou o amigo por uma mensagem via Skype (programa para comunicação pela internet). Odilon Corrêa Machuca, sócio de Schummi na ACA, felicitou o colega por telefone. Gomes e Adametes se conheceram por causa do pôquer e viajaram juntos para participar de um campeonato em Las Vegas no ano passado. Ambos também competiram no Floripa Open de Poker, organizado pelo Poker Entre Amigos, grupo que deu origem à ACA, onde conheceram Machuca. Essa rede de relacionamentos em função do pôquer vem se tornando cada vez mais comum no Brasil, pois acompanha o crescimento do esporte no país.

Em 2007, o pôquer alcançou 21% da audiência da TV paga, de acordo com o Ibope, o que equivale a 3,6 milhões de pessoas. Este ano, o site PokerStars lançou o *Latin America Poker Tour* (LAPT), que teve sua primeira etapa no Rio de Janeiro, em maio. Hoje, existem mais de 50 sites

especializados em pôquer, que disponibilizam mesas online onde os jogadores se enfrentam em tempo real.

Dia-a-dia

Quando volta da faculdade de Direito, todos os dias, Adametes acessa pelo menos dois sites para jogar pôquer. Participa, simultaneamente, de quatro a oito torneios por tarde. "Quatro mesas é o número ideal para ficar bem concentrado", explica. Em 2006, depois de ter experimentado o pôquer jogando em casa, com amigos, o estudante depositou US\$ 50 em um site e começou a jogar periodicamente. Esse foi o seu investimento inicial e, desde então, administra os lucros que tem através dos campeonatos. No dia 20 de junho, o brasileiro venceu um torneio no site europeu *CD-Poker*, cuja inscrição custou US\$ 800, e levou a bolada de US\$ 87 mil, valor que está depositado em sua conta no site. Os torneios dos quais costuma participar cobram de US\$ 50 a US\$ 100 pela inscrição e esse valor é todo destinado à premiação. Para o site, cada jogador paga mais uma taxa de 10% do valor da inscrição.

Adametes relata que é necessário estudar bastante para atingir um bom jogo. Além de ter lido livros especializados - *The Theory of Poker*, de David Sklansky é o mais famoso -, o estudante assina o "site escola" Card Runners. Nele, profissionais renomados postam vídeos narrando jogadas e explicando o porquê de cada uma delas. Mesmo levando o esporte a sério, Adametes quer trabalhar como advogado quando se formar. Ainda assim, pretende investir no esporte: pensa em montar um "site escola" em português com as próprias jogadas - ele já grava e narra as suas melhores performances. Atualmente, trabalha como técnico de um amigo. Nesse trabalho, Adametes acompanha o aluno em um torneio por Skype e discute as melhores jogadas a serem feitas.

Apesar de dar prioridade aos torneios online, Adametes também



A Associação de Carteados Entre Amigos de Floripa conseguiu o seu CNPJ e o alvará de funcionamento em fevereiro de 2008

compete em alguns campeonatos ao vivo. No ano passado, participou de uma etapa do *European Poker Tour* (EPT) e, em maio, jogou no LAPT do Rio. Em Florianópolis, ficou em quinto lugar na terceira edição do Floripa Open de Poker, em dezembro do ano passado, quando o campeonato catarinense ainda não tinha permissão para ser realizado. O evento era organizado pelo grupo Poker Entre Amigos desde junho de 2007, mas somente a última edição, realizada em abril deste ano, já sob a coordenação da ACA, teve permissão para acontecer. "Os três primeiros torneios organizamos na coragem", diz Machuca.

Alvará

A Associação de Carteados Entre Amigos substituiu o grupo Poker Entre Amigos quando obteve seu CNPJ e alvará de funcionamento, em fevereiro deste ano. O alvará foi emitido pela Gerência de Fiscalização de Jogos e Diversões da Polícia Civil. Na Receita Federal, as atividades da associação, compreendida como clube social, esportivo ou similares, são descritas como de recreação e lazer. De acordo com Machuca, a ACA visa a confraternização dos jogadores de pôquer e a criação de novos adeptos do esporte. Hoje, a associação conta com 450 sócios e organiza torneios todas as noites, de segunda a sábado. Ainda não há consenso jurídico quanto à classificação do pôquer no Brasil como jogo de azar ou esporte. Machuca, no entanto, é categórico em sua posição: "Aqui, na associação, a gente trata o pôquer como esporte."

João Gustavo Munhoz

Ausência de legislação dificulta a classificação do jogo no Brasil

A consolidação do pôquer como esporte no Brasil ainda esbarra na falta de leis específicas e na polêmica em torno da sua classificação como jogo de azar ou não. O único ponto da legislação brasileira sobre o assunto - o Decreto Lei 3688 de 1941, Capítulo VII - considera jogo de azar, no Artigo 50, parágrafo 3, Alínea a, "o jogo em que o ganho e a perda dependem exclusivamente ou principalmente da sorte", e Alínea b "as apostas sobre qualquer outra competição esportiva".

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos da Câmara Municipal de São Paulo, divulgado no início de março, considera o *Texas Hold'em* - modalidade de pôquer mais praticada - jogo de azar e defende a necessidade da criação de melhores mecanismos de controle e fiscalização do funcionamento e arrecadação dos jogos. O Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, no entanto, dá parecer favorável ao esporte. Assinado pelos peritos Willian do Amaral Jr. e Karla Horti Freitas, o laudo conclui que "trata-se de um jogo de habilidade, pois ficou constatado que a habilidade do jogador que participa desta modalidade de jogo depende da memorização, das características das figuras apresentadas no decorrer do jogo e do conhecimento das regras e estratégia em função desses fatores".

O relatório da CPI também é contestado pelo professor da Unicamp e perito particular Ricardo Molina Figueiredo.

Em laudo encomendado pelo Grêmio Recreativo, Social e Cultural Hold'em, Figueiredo constata que, apesar da existência do fator sorte no jogo de pôquer, "a habilidade será o principal fator de sucesso a longo prazo". Um estudo do perito revela que 64% das rodadas de pôquer são definidas sem que o vencedor mostre suas cartas. "Difícilmente poderíamos classificar um jogo que permite tal desdobramento como 'de azar', visto que, na maior parte dos casos sequer se sabe se o ganhador tinha efetivamente o melhor jogo" conclui.

Se as discussões sobre o pôquer ser um jogo de habilidade parecem caminhar para a sua aceitação como esporte, a Alínea b do parágrafo que define os jogos de azar causa mais polêmicas. O problema consiste nas duas maneiras que o pôquer pode ser jogado: em torneios ou em "mesas abertas" - conhecidas como *cash games*. Nos torneios, os participantes pagam a inscrição e recebem um determinado número de fichas, as quais são atribuídas pontos iguais para todos os participantes da competição. Dessa maneira, os competidores apostam fichas que valem a pontuação pré-definida nas regras de cada torneio. Já as "mesas abertas" são disputadas com apostas em dinheiro, o que a legislação brasileira classifica como jogo de azar. (J.G.M.)



O bom desempenho de jogadores como Adametes requer estudo e dedicação

Intermitências da morte

No túmulo da menina Vida, duas estátuas em tamanho real diminuem a saudade de parentes e amigos

No canto direito da entrada do Cemitério Municipal de Florianópolis, avista-se no alto a estátua de uma menina em tamanho real, com cerca de 1,2 metros. Os braços estão estendidos como quem chama, convida, recebe. O cabelo de pedra cai nos ombros, e o sorriso é tímido. Na base da estátua bronze, a inscrição *Vida Machado: 1992-2002*. No túmulo, há também a imagem em alto relevo da mesma criança, agora deitada, como quem dorme. Está rodeado de flores e alguns pirulitos, trazidos por pessoas da comunidade local.

Vida era conhecida por muitos moradores da capital de Santa Catarina. Adotada com alguns meses de idade pelo ex-deputado Nilson Nelson Machado, o Duduco, a menina contraiu o vírus HIV da mãe biológica, que morreu após o nascimento da filha.

“Minha mãe é que sugeriu mudar o nome dela para Vida”, conta Duduco, “para dar esperanças de ela melhorar”. A imagem sobre o túmulo é uma das mais visitadas no cemitério.

“As representações são tipos de homenagem, assim como as fotos em jazigos comuns. É uma

forma de tornar presente a pessoa ausente”, afirma a psicóloga Márcia Lisboa, que trabalha há 15 anos acompanhando pacientes com doenças crônicas e ajudando os parentes a lidar com a morte. Ela explica que o enterro faz parte desse ritual de despedida, tornando a perda mais real. O luto geralmente dura de um a dois anos, quando a família passa

pelas primeiras datas especiais sem o ente que morreu. “Casos como esse são normais, só temos de prestar atenção à intensidade do afeto para perceber se não é, na verdade, uma forma de negar a morte”, explica Lisboa.

Por causa da doença, a menina Vida sempre teve a saúde frágil e, por isso, era muito quieta. “Trazia a tristeza no olhar”, recorda Duduco. “Todo mundo no bairro a adorava e tentava alegrá-la dando presentes e doces.” No seu enterro, vários amigos das duas creches fundadas por Duduco compareceram. As visitas continuaram frequentes, e o pai adotivo resolveu, então, homenagear a filha. “A primeira imagem que fiz foi a em alto relevo. Quando visitamos o Rio de Janeiro, Vida viu o túmulo da Odetinha [*santa popular morta em 1939*]

e achou lindo. Me perguntava se a moça estava dormindo. Depois, quando percebi que as pessoas continuavam a visitá-la e me ligavam perguntando onde era o túmulo, resolvi mandar fazer aquela imagem grande”, conta. Enquanto mostra as fotos da filha – “Acho que tenho umas duzentas” –, fala que as estátuas são reconfortantes às outras crianças adotadas por ele. “Quando elas ficam tristes e dizem que têm saudades, eu digo: Saudade? Então vamos visitá-la! E as levo no cemitério.”

Quando elas ficam tristes e dizem que têm saudades, eu digo: Saudade? Então vamos visitá-la! E as levo no cemitério.”

Flores de plástico

Cada cultura encontra um jeito de lidar com a morte. “No México, por exemplo, o enterro é feito com festa, dança e música. É uma comemoração para o ente falecido”, explica a

antropóloga Érica Quinágua. Para ela, a maneira que nossa sociedade encontrou de encarar a perda – o enterro – é simbólico, como se a morte fosse enterrada junto. “É uma forma de reter a pessoa. Vestimos o morto com roupa bonita e o maquiemos de forma a parecer vivo”, diz Quinágua. Daí surge o conceito de uma sociedade relacional, ou seja, que não consegue se desvincular do falecido. Isso ajuda a entender as visitas e as decorações das tumbas com epitáfios e flores – em geral de plástico, por durarem mais. “A gente sabe que no túmulo não tem

mais nada, mas ali existe aquela lembrança de onde tu entregaste a pessoa”, acredita Duduco.

Uma outra maneira encontrada pela sociedade ocidental de enfrentar a morte foi o afastamento das necrópoles. Antes, as pessoas eram veladas em suas casas e enterradas nas igrejas. Mas, no início do século passado, os cemitérios começaram a ser construídos às margens das cidades. Os moradores queriam retirar os cadáveres dos templos religiosos com medo das doenças provocadas pela decomposição dos corpos.

Longe do centro

Em Florianópolis, o primeiro e maior dos cemitérios foi originalmente construído em 1841, no alto de um morro no centro da cidade. Anos mais tarde, o local abrigaria a cabeceira da primeira ponte de acesso à ilha, a Hercílio Luz. Como a população não queria uma necrópole como primeira imagem de quem chegasse, pressionou a prefeitura para transferir os corpos. A escolha

foi pelo bairro Itacorubi, mais afastado do centro e sem grandes áreas habitadas. Atualmente, a Hercílio Luz está desativada e outras duas pontes ligam a ilha ao continente. Em cima do antigo terreno existe um parque.

Já o bairro do Itacorubi cresceu, junto com a cidade, e a necrópole a ser escondida agora está no meio do trajeto de quem vai para o norte da ilha, famoso pelas praias de Jurerê Internacional e Canasvieiras.

No primeiro cemitério municipal, localizado no centro da cidade, quem não tivesse como pagar poderia “alugar” o espaço

por dois anos. Depois os ossos eram depositados no Ossuário, deixando o túmulo livre para um próximo enterro. Hoje, no Itacorubi, o “descanso em paz” pode ser adquirido por R\$ 372 na parte arborizada, que fica na entrada do cemitério. Já nas quadras com vista para o mar, o preço dobra para R\$ 771. Mas esse não é o único custo da morte. Os caixões das funerárias localizadas no mesmo bairro variam entre R\$ 200 e R\$ 5 mil, dependendo da madeira, do revestimento e do acabamento.

Um lugar tranquilo

Longe de ser fúnebre, atravessar as alamedas do cemitério com lembranças eternizadas pelos epitáfios representa resgatar diversas histórias. “As pessoas pensam em cemitério como algo triste, mas acho que também é um espaço de vida, de criação”, opina a antropóloga Érica Quinágua. Os 90 mil m² de terreno no Itacorubi são como um jardim. O que chama a atenção é o fato de não possuir muros para isolar o espaço das casas da vizinhança. Entre os 19 mil jazigos, encontra-se todo tipo de histórias e construções, como a bandeira do Corinthians cobrindo a tumba de um garoto morto aos 16 anos.

O coveiro Availton Poluceno trabalha no cemitério há 29 anos e diz que é um trabalho bom e calmo. “Estranhei só os primeiros dias ao mexer nos ossos, mas todo emprego é estranho nos primeiros dias. Às vezes as pessoas perguntam se já vi fantasma e esse tipo de coisa, mas é tudo besteira”, conta. Poluceno entrou na profissão sem querer. Foi tentar um emprego na prefeitura e só havia vaga no cemitério. Gostou. Fala que é um trabalho bem sossegado e sobra bastante tempo para tomar café com os outros funcionários.

Indiferente às crendices, Isabel Luiz, de 74 anos, mora em uma casinha ao lado do cemitério, onde fica o túmulo da menina Vida e diz que é relaxante morar perto de um terreno tão bonito. “Nunca me incomodaram. Sabe, como dizem por aí, tem que se preocupar é com os vivos.”

Livia Andrade

“A gente sabe que no túmulo não tem mais nada, mas ali existe aquela lembrança de onde tu enterraste a pessoa”

Duduco, pai de Vida

“Temos de prestar atenção à intensidade do afeto para perceber se não é, na verdade, uma forma de negação”

Márcia Lisboa, psicóloga



Fotos: Fernanda Friedrich

Para a antropóloga Érica Quinágua, a decoração das tumbas explica a dificuldade da sociedade contemporânea de se desconectar dos entes falecidos

ZERO